



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 019**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 09

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jonas Guimarães ..... 10

Dep. Antonio Belinati ..... 11

Dep. Fernando Scanavaca ..... 13

Dep. Mauro Moraes ..... 13

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 11

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch ..... 14

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 15

Liderança do PMDB

Waldyr Pugliesi ..... 20

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 22

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 28

**Encerramento da Sessão ..... 31**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Indicações Legislativas ..... 31

Ata de Comissão

Constituição e Justiça ..... 48

### **DIÁRIO Nº 019**

### **18ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2009**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e

Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados Luiz Eduardo Cheida e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 010/09

Curitiba, 11/03/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Instituto Paranaense de Cegos, do imóvel sito à avenida Visconde de Guarapuava, esquina com Coronel Dulcídio, nesta Capital.

É de conhecimento da sociedade que o Instituto Paranaense de Cegos desenvolve suas atividades com afinco e seriedade e por isso demonstra que o imóvel em questão é de grande valia à comunidade cega do Estado, que muito será beneficiada com a referida proposta que hoje apresento para a análise dos nobres Deputados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Instituto Paranaense de Cegos, de terreno com 83,74m para a avenida Visconde de Guarapuava, fazendo esquina com a rua Coronel Dulcídio, onde mede 46,24m, contendo edificação, nesta Capital, Transcrição sob nº 12671 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior, será exclusivamente utilizado para sede e instalação de serviços do Instituto Paranaense de Cegos, vigorando a cessão até 31/12/10, podendo ser prorrogada por mais 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, tornando-se automaticamente sem efeito caso haja descumprimento das finalidades estabelecidas, ficando a Cessionária responsável pela guarda e conservação de tais bens, sem direito a ressarcimentos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 221/09

SÚMULA:

Solicita ao Governador do Estado e a Secretária de Estado da Educação, obras de reparos e melhorias no Colégio Estadual Francisco Zardo, no bairro de Santa Felicidade em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador Roberto Requião e a Secretária da Educação Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, para solicitar obras de reparos e melhorias no Colégio Estadual Francisco Zardo, no bairro Santa Felicidade em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) **LUIZ ACCORSI**

JUSTIFICATIVA:

Aproximadamente 1 mil e 500 alunos estão matriculados no Colégio Francisco Zardo, no bairro de Santa Felicidade. Pela qualidade de ensino oferecida, aquela instituição é considerada como referencial dentro do ensino público. A instituição orgulha as famílias obsequiadas e enaltece o seu quadro docente. No entanto, a sua estrutura carece de adequação para atender o trânsito e o atendimento aos estudantes portadores de necessidades especiais, como a construção de equipamentos de apoio, rampas de acesso e de outras instalações afim.

A professora Naterci de Souza Schiavinato, Diretora do educandário relata em expedientes já dirigidos à Superintendência do Desenvolvimento da Educação da Secretaria de Estado da Educação, reiterados pedidos de melhorias e reformas, compreendendo estancamentos de vazamentos, goteiras e infiltrações, mais a implantação de projeto de combate a incêndio, de há tempo recomendado pelo Corpo de Bombeiros da Capital, além de adequação das iluminárias.

Para o funcionamento ideal da escola, necessita-se ainda o cumprimento de exigências da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, elencadas na Ordem de nº 148732.

## INDICAÇÃO Nº 222/09

## SÚMULA:

Solicita providências da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR em relação ao horário de atendimento ao público no Município de Bocaiúva do Sul.

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião; Exmo. Sr. Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Solicita providências para que o escritório da Companhia de Saneamento do Paraná na sede do Município de Bocaiúva do Sul tenha atendimento no período da tarde e não somente pela manhã, como acontece atualmente;

II - Estamos atendendo inúmeras solicitações da comunidade de Bocaiúva do Sul e Região.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) BETI PAVIN

## INDICAÇÃO Nº 223/09

## SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná a disponibilização de uma ambulância do SIATE para o Município de Almirante Tamandaré.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari; Exmo. Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, Jorge Luiz Thais Martins:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Propõe ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná a disponibilização de uma unidade do SIATE - Sistema Integrado de Atendimento e Trauma em Emergências para o Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) BETI PAVIN

## INDICAÇÃO Nº 224/09

## SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná a disponibilização de uma ambulância do SIATE para o Município de Colombo.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari; Exmo. Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, Jorge Luiz Thais Martins:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que se segue:

I - Propõe ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná a disponibilização de uma unidade do SIATE - Sistema Integrado de Atendimento e Trauma em Emergências para o Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) BETI PAVIN

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 178/07, item 01 para parecer da Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar a ausência na Sessão Ordinária no dia 11/03/09, por estar em consulta médica pré-agendada desde a data de 09/07/08 no horário das 17h às 18h45.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 048/09 e 086/09 que concede desconto no transporte escolar intermunicipal para estudantes.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

## REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Edwirges Facchim Pilonetto, ocorrido no dia 11/03/09, no Município de Bom Sucesso do Sul-PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, Antonio Celso Pilonetto.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a uma pessoa querida por todos. O falecimento da Sra. Edwirges

Facchim Pilonetto abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e, principalmente, seus familiares haverão de dar sequência.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser da Sra. Edwirges, que foi um exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Esposa, mãe, trabalhadora e amiga, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como mãe, era uma pessoa dócil que com muito esmero e disciplina, criou seus 14 filhos, Libera, Francisco, Henrique, Hermes, Irene, Lurdes, Neiva, Jacinto, Izolino, Meire, Leila, Antonio Celso, Nelson e Terezinha.

Como esposa, sempre foi companheira, leal e amiga. Casada com o Sr. Benjamin Pilonetto (falecido), juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Como trabalhadora, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agricultura e paralelamente dona de casa.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-la, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência de dona Edwirges, que acima de tudo foi uma grande amiga.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Janete Batista, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sra. Pedro Custodio de Melo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonalda Zacrescka Rauski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Athilio Taborda Giovanetti, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia de Lara, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa Ritcher, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Henrique Moleta dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 17º aniversário de emancipação política do Município de Rio Bonito do Iguaçu, comemorado no dia 19 de março pp.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Sezar Bovino, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 19 de março é uma data especial para a população de Rio Bonito do Iguaçu. Afinal, o município está comemorando 17 anos de realização e sucesso absoluto. É uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma

população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, conta a história, que os pioneiros destes sertões foram liderados por José Nogueira do Amaral e seus descendentes. Pouco tempo depois, “Seu Nogueirinha”, que residia na costa do Rio Iguaçu, vendeu parte de suas posses para Horácio Pio. Estes que foram considerados os primeiros moradores da região.

Em 1951, a comunidade de Rio Bonito foi elevada a Distrito. Já, em 1958, o Distrito de Rio Bonito passa a ter representatividade política na Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago também foi asfaltada a PR-158, ligando Laranjeiras do Sul aos Municípios do Sudoeste do Paraná. Com a falta de poder de decisão nos problemas mais sérios que afligiam a região, as lideranças fizeram um manifesto em prol da criação do Município.

Em 1992, o então Governador Roberto Requião reconhece o Distrito como um novo Município do Paraná, denominado de Rio Bonito do Iguaçu, por ser banhado em grande parte de suas terras pelas águas do Rio Iguaçu.

E dezessete anos depois, o Município, conduzido pelo Prefeito Sezar Augusto Bovino, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A administração municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis.

Diante disso, parabenizamos Rio Bonito do Iguaçu pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que o esforço valeu a pena.

#### REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados voto de congratulações, pelo 17º aniversário de emancipação política do Município de Saudade do Iguaçu, comemorado no dia 19 de março p.p.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério Gasllina, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Saudade do Iguaçu acaba de completar 17 anos de emancipação política, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que a denominação Saudade do Iguaçu foi inspirada num sentimento de José Ascoli, gaúcho de Rondonia, que era vendedor de terras e se apaixonou pelas belezas do Rio Iguaçu. Toda

vez que retornava ao Rio Grande do Sul deixava escapar a saudade que sentia destas paragens.

Os primeiros comerciantes da localidade foram os Srs. João Bezejo e Batista Predebon, que vendiam basicamente pinga, rapadura e fumo de rolo. Nesta época, a principal atividade era o extrativismo da madeira e, após as derrubadas, os colonos iniciaram o plantio de feijão e milho.

Hoje, Saudade do Iguaçu, conduzida pelo Prefeito Rogério Gallina, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A administração municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Diante disso, parabenizo Saudade do Iguaçu pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

#### REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário desta Casa, envio de votos de congratulações pelos 464 anos de criação do Município de Guaraqueçaba comemorado no dia 11 de março.

Requer ainda, envio de cópia à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) BETI PAVIN

#### REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações a Dom Jaime Luiz Coelho, em razão da comemoração de 67 anos de sacerdócio e 52 anos de episcopado, em 12 de março. Nascido em Franca, Estado de São Paulo, oitavo filho entre 14 irmãos da sua saudosa mãe, Dona Guilhermina.

Dom Jaime faz parte da história do catolicismo do interior do Paraná. Foi nomeado Bispo da Diocese de Maringá pelo Papa Pio XII e chegou em Maringá no dia 24/03/57. Foi ordenado padre aos 25 anos de idade, na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto/SP, no dia 07/12/41. Exerceu, por 15 anos, o Sacerdócio nessa Paróquia. Em 03/12/56 recebeu carta do Papa PIO XII elegendo-se o 1º Bispo Diocesano da nova Diocese de Maringá, que foi criada em 01/02/56. Foi sagrado Bispo em 20/01/57, na Catedral de Ribeirão Preto.

Em 16/10/79, o Papa João Paulo II criou a Província Eclesiástica de Maringá, desmembrada da Província Eclesiástica de Londrina. Dom Jaime foi o 1º Arcebispo de Maringá.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Roberto Martins.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Roberto Martins, Presidente do Sindicato das Classes Policiais Civis no Estado do Paraná - SINCLAPOL, que frente à instituição, promove o aprimoramento, o desenvolvimento, a valorização e a união de todos os policiais, defendendo e coordenando a categoria, buscando soluções e adaptando-se aos meios necessários para o aumento da eficiência, representando com ética e dedicação seus filiados, buscando novas oportunidades para a categoria, diante da relevante função social que exercem.

## REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre Celso Vieira da Cruz.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre Celso Vieira da Cruz, Reitor do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, dirige este local sagrado, para onde, por devoção, acorrem peregrinos de diversas regiões, aumentando suas responsabilidades como governantes das palavras do Êxodo 25:8 "E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles". Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstra toda sua dedicação e amor ao próximo.

## REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sra. June Meireles.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. June Meireles, cineasta, roteirista e diretora, que está lançando o filme "Venha Ver o Pôr do Sol", uma obra de Lygia Fagundes Telles, onde desenvolve todo o seu talento, criando o roteiro com base no texto da autora, sem alterar a qualidade dos diálogos, mantendo a construção linguística apurada e como diretora, procura manter o mistério e suspense na mesma ordem em que se apresentam no conto original, traduzindo desta maneira, todo o seu talento, seu preparo e seus conhecimentos na arte do curta metragem.

## REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, na pessoa de seu Presidente em exercício, Sr. José Gilberto Pratinha, que promove a 38ª EXPOPARANAÍ, no Parque Internacional de Exposições Presidente Arthur da Costa e Silva, realizando diversos eventos técnicos, de entretenimento e de fomento ao agronegócio e à indústria, criando condições de desenvolvimento para agricultores, empresários, comerciantes e para população da região como um todo, iniciativa de uma Sociedade participativa e preocupada com o bem comum.

## REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Robert Bittar.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Robert Bittar, Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná - SIN-COR-PR, que bem representa sua categoria, defendendo seus direitos e interesses, promovendo o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da categoria, amparando e estimulando as iniciativas de seus pares, mantendo sua unicidade e concorrendo para o fortalecimento dos padrões de qualidade setoriais, estimulando e zelando o relacionamento ético entre seus associados.

## REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. João Gilberto Possiede.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. João Gilberto Possiede, Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul - SINDSEG-PR/MS, que bem representa sua categoria, defendendo seus direitos e interesses, promovendo o aperfeiçoamento e o desenvolvimento da categoria, amparando e estimulando as iniciativas de seus pares, mantendo sua unicidade e concorrendo para o fortalecimento dos padrões de qualidade setoriais.

## REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício à Secretária de Estado da Educação, Yvelize Arco-Verde, solicitando que seja viabilizada a parceria entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, para implantação de um Pólo da UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício em anexo, enviado pela Prefeitura de Cruzeiro do Oeste, solicitando a construção de pólo da UAB no município. Tendo convicção da contribuição imensurável que este espaço educacional trará para a cidade, atuando UAB como um braço do Ministério da Educação em parceria com instituições de ensino superior para promover a formação de professores em todo Brasil.

## REQUERIMENTO Nº 943

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, cumprimentando-o pela feliz iniciativa de destinar ônibus escolares aos municípios paranaenses.

Se vê manifesto no povo, autoridades, Prefeitos e Prefeitas, Vereadores, Diretores, professores, comunicando escolar, pais de alunos e membros de associações de pais e mestres, que aplaudem e dão a conhecer a alegria pela conduta e trabalho do Governo em favor da educação, com objetivo que é bem definido e tem claro um futuro melhor para os jovens do Paraná.

Outrossim, requer registro de votos de agradecimentos, em especial em nome das comunidades onde tem atuação política e representação parlamentar pelo sexto mandato consecutivo, relacionando o número de ônibus escolares destinados aos seguintes Municípios: 02 (dois) para Anahy; 03 (três) para Alto Piquiri; 04 (quatro) para Assis Chateaubriand; 03 (três) para Braganey; 03 (três) para Brasilândia do Sul; 03 (três) para Cafelândia; 03 (três) para Cafezal do Sul; 03 (três) para Campo Bonito; 02 (dois) para Céu Azul; 03 (três) para Corbélia; 03 (três) para Diamante do Sul; 03 (três) para Diamante do Oeste; 02 (dois) para Entre Rios do Oeste; 03 (três) para Formosa do Oeste; 03 (três) para Guaíra; 03 (três) para Iguatu; 02 (dois) para Iracema do Oeste; 03 (três) para Jesuítas; 03 (três) para Mariluz; 02 (dois) para Maripá; 02 (dois) para Mercedes; 03 (três) para Missal; 03 (três) para Nova Aurora; 02 (dois) para Nova Santa Rosa; 03 (três) para Ouro Verde do Oeste; 03 (três) para Palotina; 02 (dois) para Pato Bragado; 05 (cinco) para Pinhão; 02 (dois) para Quatro Pontes; 04 (quatro) para Santa Helena;

03 (três) para Santa Tereza do Oeste; 02 (dois) para São José das Palmeiras; 03 (três) para São Pedro do Iguaçu; 03 (três) para Terra Roxa; 02 (dois) para Tupãssi; 03 (três) para Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) DUÍLIO GENARI

## REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a liberação de novas viaturas para o 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa.

Tal pedido prende-se ao fato do aumento da violência nos últimos meses, gerando com isto, insegurança entre os moradores de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Requer ainda, seja dada ciência ao Comando Geral do 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de pedido de informações à Secretaria de Estado da Saúde, qual o número de ambulâncias disponíveis nas Regionais de Saúde do Estado; normais, semi-UTIs e UTI Móvel, em funcionamento e em manutenção? Qual a real finalidade da ambulância do SAMU? Se essas ambulâncias podem ou não fazerem transporte de pacientes para outros municípios, quando há urgência?

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as seguintes informações:

- Qual o número de viaturas do 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa que estão em pleno funcionamento?

- Quantas viaturas encontram-se paradas ou em manutenção?

- Quais são as empresas que fazem à manutenção e as revisões nas viaturas do 1º Batalhão da PM de Ponta Grossa?

- Existe alguma dívida pendente com estas empresas que prestam serviços para o referido Batalhão da PM?

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) MARCELO RANGEL



## REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER aos Srs. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Secretário Chefe da Casa Civil Dr. Rafael Iatauro, informar com quantas empresas foram firmados aditivos contratuais conforme artigo 2º da Lei nº 15426 de 15/01/2007 que dispõe sobre acordos estabelecidos para concessão de incentivos à empresas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) RENI PEREIRA

**Projetos de Lei**

## PROJETO DE LEI Nº 089/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º As empresas intermunicipais de transporte rodoviário ficam autorizadas a conceder desconto de até 20% (vinte por cento) na venda de bilhetes ou passagens, pelo prazo de até quatro meses da vigência desta lei; após este período o desconto poderá passar para até 40% (quarenta por cento), contados outros quatro meses; depois o desconto poderá chegar a 60% (sessenta por cento), também durante quatro meses; na sequência, por outros quatro meses, poderá haver desconto de até 80% (oitenta por cento); decorrido este processo de transição, a liberação tarifária poderá ser total.

Parágrafo Único. As empresas que desejarem poderão ainda premiar seus clientes com a concessão de premiação considerando quilômetros percorridos ou somatórias de passagens utilizadas, na forma a ser regulamentada pela Secretaria dos Transportes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade de possibilitar às empresas de transporte rodoviário intermunicipal que ofereçam descontos em seus bilhetes ou passagens, ensejando com isto melhores preços e serviços mais eficazes mediante aumento de concorrência, em modalidade que se pode comprar à adotada pelas empresas aéreas.

As empresas intermunicipais de transporte rodoviário ficam autorizadas a conceder desconto de até 20% (vinte por cento) na venda de bilhetes ou passagens, pelo prazo de até quatro meses da vigência desta lei; após este período o desconto poderá passar para até 40% (quarenta por cento), contados outros quatro meses; depois o desconto poderá chegar a 60% (sessenta por cento), tam-

bém durante quatro meses; na sequência, por outros quatro meses, poderá haver desconto de até 80% (oitenta por cento); decorrido este processo de transição, a liberação tarifária poderá ser total.

Acredita-se que, desta forma, a Assembleia Legislativa do Paraná pode dar passo importante na concretização de nova realidade, diferente desta que mantém o setor rodoviário intermunicipal engessado e avesso à liberdade tarifária, que é imprescindível para gerar novas perspectivas à sociedade com melhorias no sistema de transporte coletivo entre cidades.

## PROJETO DE LEI Nº 090/09

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e a Família de Ibema - APMIF, com sede e foro no Município de Ibema/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e a Família de Ibema - APMIF é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e educacional, tendo por principais objetivos:

- a) atendimento as famílias com risco e vulnerabilidade social;
- b) criar ações sócio educativas de inserção produtiva na geração de empregos, trabalho e renda;
- c) orientações pedagógicas e psicológicas, para promover o bem-estar da pessoa e da família;
- b) atender a pessoa idosa com ações sócio - educativas e recreativas proporcionando integração e socialização de grupo;
- c) atender pessoas com necessidades especiais, na reabilitação e de convívio a sociedade.
- d) atuação conjunta com o conselho tutelar da criança e do adolescente;
- e) prestar assistência alimentar, jurídica e documental;

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme comprova-se com os documentos anexados. A de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso, e a Família de Ibema, possui personalidade jurídica, com estatuto registrado no Cartório de Registro de Título e Documentos e Pessoas Jurídicas de Catanduvas, no Estado do Paraná.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 091/09  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) TADEU VENERI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer vem a seis anos, prestando relevantes serviços na organização, capacitação e geração de renda para diversas famílias da região do bairro CIC em Curitiba, que trabalham como catadores de materiais recicláveis daquela região.

PROJETO DE LEI N° 092/09  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1° Fica proibida a implantação diferenciada de aumento salarial para a Polícia Militar do Paraná.

Art. 2° Sempre que o benefício for concedido, terá de abranger, obrigatoriamente, todos os membros da PM-PR, inclusive os militares da reserva.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

Frequentes notícias veiculadas na imprensa especulam sobre eventuais estudos que estariam sendo feitos para a concessão de aumentos diferenciados para a Polícia Militar do Paraná. Acenam, inclusive, que os praças da nossa PM não seriam contemplados com esse possível aumento, que atingiria apenas os oficiais. Isso vem gerando mal-estar dentro da Polícia Militar. O presente projeto, aprovado, estabelecerá uma regra definitiva para a questão salarial dos PMs, independente de quem esteja governando o Paraná.

Nossa matéria, boa para todos os componentes da nossa gloriosa Polícia Militar, é boa também para os próprios governantes, que assim, todos os anos, vão dispor deste instrumento regulando os critérios de aumento, evitando que o assunto seja alvo de polêmica.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Jonas Guimarães, a quem concedemos a palavra.

***Deputado Jonas Guimarães (PMDB)***

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas.

Subo a esta tribuna para dizer ao Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, que não participei da última reunião, na quinta-feira, não para comemorar a nossa vitória sobre o Atlético lá em Cianorte, mas porque precisei viajar, com o Vice-Governador, Orlando Pessuti. Fomos até Maringá, onde estivemos na CEASA daquela Cidade, onde o Governo está investindo R\$ 800 mil nas melhorias da CEASA de Maringá, melhorando o estacionamento para os veículos dos agricultores que lá vão levar as suas mercadorias e também para os que vão adquirir, comprar mercadorias. Estivemos reunidos ainda com os empresários da Unifrango e de lá viajamos para Cianorte, onde também estivemos com o Prefeito, que por sinal é meu irmão, o Edno Guimarães, estivemos com lideranças e Prefeitos da região inaugurando um trevo na PR-323, onde foi feita uma grande galeria em que o Governo do Estado investiu, através da sua Secretaria dos Transportes, mais de um R\$ 1,7 milhões nessa galeria com mais de 130 metros de extensão e também refez todo aquele trevo da PR-323.

De lá fomos até Umuarama, para a abertura da 35ª Exposição, 8ª Internacional. E quero aqui parabenizar o Sr. Fernando Scanavaca, ex-Prefeito de Umuarama e hoje Deputado. Quero dizer-lhe, Deputado Fernando, que é a primeira vez que estou usando a tribuna depois que o senhor assumiu como Deputado e quero parabenizá-lo e desejar sucesso nesta caminhada - nós que pertencemos à mesma microrregião podemos trabalhar, nesses dois anos de mandato, de mãos dadas. O seu conhecimento é muito maior do que o meu, fazemos parte da mesma região e podemos, então, compartilhar aqui nos trabalhos e colaborar muito mais para a nossa região e o nosso querido Estado do Paraná.

Quero também registrar aqui a minha satisfação de ter participado do início dos trabalhos da rodovia Estrada Boiadeira. Iniciaram-se os trabalhos na sexta-feira, no trecho Tuneiras do Oeste a Cruzeiro do Oeste. Quero aqui avisar o meu amigo de Campo Mourão, Deputado Douglas Fabrício, que lutamos muito junto com o chefe do DNIT aqui do Paraná, o Sr. David, para que esses trabalhos recomeçassem, que é de suma importância essa rodovia, não só para nós da região, mas para o Mato Grosso do Sul, a região de Icaráima, de Palotina, de

Guaíra, do Paraguai, enfim, vai diminuir o fluxo de trânsito que corta para Maringá. O trânsito é muito grande, e os caminhoneiros poderão então ir de Cruzeiro do Oeste para Campo Mourão, Guarapuava, Curitiba e Paranaguá.

Então, estou muito satisfeito porque iniciaram-se os trabalhos. Conversando com o chefe do DNIT ele nos disse que a Boiadeira agora começou a terminar até Icaraíma, não só esse trecho de Tuneiras a Cruzeiro do Oeste, mas também do Guaraitaíva até Tuneiras e de Cruzeiro do Oeste até Icaraíma.

Queria registrar a nossa satisfação, estivemos lá com mais autoridades, estivemos lá no início das obras que estão começando na Estrada Boiadeira, estrada federal. Esteve lá também conosco o chefe do DER de Maringá, Dr. Otácio, participando então desses trabalhos.

Quero também parabenizar a Secretaria dos Transportes, fiz um pedido para que fizesse o recape da BR-323 até Tuneiras do Oeste, e ali os trabalhos já estão sendo feitos, concluídos praticamente. Quero parabenizar e agradecer o Secretário e também o chefe do DER de Maringá. Quero agradecer a todos que têm contribuído para que os trabalhos desta Casa tenham tanto êxito, primeiro mandato nosso, mas estamos aqui contentes, satisfeitos porque estamos trabalhando para o nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Srs. membros da Mesa, telespectadores da TV SINAL, TV MERCOSUL, comitê de imprensa, visitantes.

Sr. Presidente, eu vi aqui um artigo interessante: este será o pior ano desde a década de 1930, eu não tinha nascido, mas conta a história que foi uma desgraça total no mundo, foi a bancarrota nos Estados Unidos, e aquilo quebrou praticamente o planeta. E agora tem uma previsão aqui catastrófica: “Este será o pior ano desde a década de 1930”. A frase é de Stephen King, mas não o escritor de livros de terror, porque senão alguém pode confundir o autor desta frase com o outro lá que escrevia livro de terror. Esse Stephen King é um economista chefe do grupo HSBC, e ele trabalha em Londres.

Agora, se de um lado ele está acenando que o ano vai ser o pior ano desde 1930, o Sr. Stephen King, que é um economista conceituado no planeta Terra, nobre Deputado Duílio Genari, essa grande liderança do nosso Partido Progressista, ele traz aqui, nobres Pares, uma coisa boa sobre o Brasil. Diz que para o planeta Terra vai ser o pior ano desde 1930. Mas, o futuro é só brilho para o Brasil, para Índia e para a China, graças a Deus.

Quer dizer, lamentamos, porque não queremos também propriedade para o Brasil em cima da desgraça dos nossos irmãos do restante do planeta. Mas de qualquer maneira temos que celebrar e agradecer a Deus, porque para o nosso País, tomara que se confirme a previsão, se para o restante do planeta vai ser o pior ano desde 1930, esse conceituado analista econômico está dizendo aqui, Deputado Nelson Justus, que o futuro só brilha para o Brasil, para a Índia e para a China. Aleluia!

Sr. Presidente, há uma polêmica, uma especulação, que tem sido aventada pela imprensa, de que está se estudando nos bastidores um aumento para a Polícia Militar do Paraná, um aumento que seria só para o graúdos. E que os Praças, os Soldados, ficariam chupando o dedo.

Ora, já dissemos que aqui, antigamente, quando tinha uma guerra, o Coronel, o General, o Rei, ou o Imperador, às vezes era o primeiro que morria, porque ele ia à frente, era o primeiro da tropa. Agora os Comandantes ficam trancados em seus gabinetes em bancas blindadas, às vezes até à prova de bomba atômica, e quem acaba morrendo é o Soldado, o Major, o Tenente. O graúdo acaba, de modo geral, se preservando. O que estamos aqui manifestando é uma preocupação, porque está trazendo mal-estar no meio da Polícia Militar, porque tem sido ventilado por praticamente todos os veículos de comunicação: rádios, jornais, canais de televisão, que um provável aumento para a Polícia Militar atingiria preferencialmente os graúdos. Não vamos discutir aqui que os graúdos não mereçam aumento, mas quero defender que o Soldado, que o Praça da Polícia Militar deve ser o primeiro a ser contemplado com esse aumento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. entra no horário do PP.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O SR. ANTONIO BELINATI

Para acabar com esse clima de incerteza, estamos apresentando um projeto de lei que é um verdadeiro feijão com arroz. Não é possível que a bancada do Requião nem isso não vá aprovar aqui. A bancada do trator, do rolo compressor, vem para a nossa cabeça que somos Oposição. Mas, o importante é não desanimarmos, vamos insistindo em nossas teses para defender quem merece, para defender aqui o que achamos que é justo.

O nosso projeto, espero que a Bancada da Oposição, da qual faço parte, e a Bancada do Governador Roberto Requião, que essa Casa por unanimidade aprove. Qual é o projeto? Estabelecendo o seguinte: sempre que for dado aumento para a Polícia Militar do Paraná, o aumento terá que ser para toda a corporação, para quem está na ativa, para quem está na reserva, para os Oficiais, para os Soldados, para os Praças, atingir todo mundo. Nada de ser aumento discriminatório. O nosso projeto é bom para todo o quadro da Polícia Militar e bom, creio,

até para o próprio Governo, porque tendo um projeto desse sendo lei, não vai ter que se discutir tem que dar “X” de aumento. Aumento para todo mundo para quem está na ativa e para que está na reserva.

Esperamos que haja compreensão desta Casa. Isso aqui não vai magoar o Governador Roberto Requião, não. Estou dizendo isso porque tem Deputado que é aliado ao Requião e fica com medo de levar um puxão de orelha, de levar um pito do Requião. Mas será que esse projeto não vai desagradar o Requião? Vai desagradar o quê? Temos que respeitar quem é da base aliada do Requião, mas também fazer um apelo. Porque caso contrário, o que normalmente ocorre em quase todas as eleições, muitos Deputados ficam agarrados, atarracados no corrimão da glória de quem está no poder e se esquece de defender o povo. Vota contra o povo, vota contra o servidor, depois se candidata, perde e fica xingando o povo, porque o povo é ingrato. O povo não é ingrato não! Ingrato é o político que é investido do mandato de Deputado e vira as costas para o povo, e não defende o que é justo, não defende o servidor, não defende o policial, não defende os funcionários desta Casa. Agora, aquele que tem coerência, evidentemente, vai ter uma vida longa.

Tenho aqui o caso do Deputado Anibelli. Em 1974, eu e V. Exa. já estávamos em Brasília, como Deputados Federais. Depois mudamos, entendemos que era melhor ficarmos como Deputados Estaduais. Isso V. Exa. entrou como Parlamentar, em 1974. Em 1968, há 41 anos, eu já tinha a minha primeira vitória na vida pública.

Agora, já vi passar por esta Casa e V. Exa. também, alguns camisinhas de seda, camisinha engomada, lencinho de seda no bolso, ficaram aqui um mandato só e foram aposentados pelo povo. Porque a pior aposentadoria é quando o político é mandado de volta para casa pelo eleitor. É o julgamento justo que o povo faz.

Então, para que não se repita também daqui um ano e pouco, vamos ter nova eleição, o nosso apelo é para que demos esse respaldo que os Praças, que os Soldados da Polícia Militar são merecedores, votando o projeto. Se tiver aumento para a Polícia Militar, que seja um aumento igual para todos.

Presidente Antonio Anibelli, o Ministério Público já tentou interferir no problema do combustível, do cartel de combustível e não conseguiu acabar com esse cartel. Num determinado ponto do País tem combustível, tem gasolina a 1,19, até 1,15. Tem álcool até 1,25 e 1,29. Tem lugar do País que tem combustível a 2,59, a 2,60 e a 2,80. É um verdadeiro absurdo!

Agora o Governo é culpado, porque a mãe desse combustível chama-se Governo Federal. Teve um tempo que um barril de petróleo estava mais de US\$ 140. Agora o barril de petróleo caiu para cerca de US\$ 40. O que deveria estar acontecendo? Deveria ter havido uma redução, sim, substancial, no preço do nosso petróleo. Mas, por que não tem? Porque a PETROBRAS, que é uma grande empresa, empresa orgulho deste País, criada pelo gaúcho de São Borja - aliás, São Borja eu não conheço,

mas parece que tem mais ou menos 60 mil habitantes e, curiosamente, já nasceram em São Borja três ex-Presidente da República: um se tornou Presidente da Argentina, o outro foi João Goulart e o outro grande líder da classe trabalhadora, que criou a PETROBRAS, criou a Previdência Social, criou tantas leis sociais neste País, o saudoso Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas criou a PETROBRAS no sentido de fazer com que povo brasileiro não fosse um povo pobre, que a nossa economia pudesse se fortalecer.

Então temos orgulho, sim, da PETROBRAS, das refinarias, do quadro de funcionários da PETROBRAS. Tem a refinaria de Duque de Caxias aqui, a pouco mais de meia hora de Curitiba, em Araucária.

Mas, se temos admiração pelos servidores e servidoras da PETROBRAS, no espírito, na nossa alma a gratidão a Getúlio Vargas, que criou a PETROBRAS. No entanto, temos que fazer críticas ao comando da PETROBRAS e não aos seus servidores.

Minha gente, Deputado Péricles e Deputado Elton, V. Exas. que estão num bate-papo animado, os dois petistas são da base do Presidente Lula, a PETROBRAS tinha e tem todas as condições para vender gasolina por menos da metade do preço que está na bomba. Hoje, Curitiba talvez tenha o preço de combustível mais barato do Paraná, mas também não dá para nos assanharmos, porque para mim é uma guerra do cartel. Você vai todo satisfeito: “Ah, agora está bom, agora dá para abastecer o carro”. No outro dia, você vai lá, à noite, eles se desentenderam entre eles: “Bom, se você não aumentar para tanto eu vou colocar meu preço lá embaixo e vou quebrar o teu posto”. Então, a qualquer momento, não tenho dúvida, o cartel virá com força e vai jogar o preço novamente lá em cima.

Por que estou afirmando que a PETROBRAS teria condições de vender gasolina mais barata para o povo brasileiro? Porque a PETROBRAS acabou de divulgar, com grande orgulho, que teve R\$ 33 bilhões de lucro. Será que se desse 1/3 desse lucro, se desse 11 bilhões de lucro não estava bom para a PETROBRAS e para o Governo do Lula? Se a PETROBRAS está tendo lucros fantásticos, como o próprio Banco do Brasil, é porque está ardendo no bolso do povo. O povo é que está se empobrecendo.

Vejamos, nos Estados Unidos, um litro de gasolina, convertido o dólar para real, convertido o real para o dólar, pelo nosso dinheiro um litro de gasolina, de um modo geral, nos postos de combustíveis americanos, custa R\$ 1,12. Aqui pertinho, na terra do Sr. Hugo Chaves, quanto custa um litro de gasolina? Convertido o nosso dinheiro pelo dinheiro da Venezuela e vice-versa, um litro de gasolina na Venezuela custa R\$ 0,30.

Agora, sei que tem gente que pode estar me vendo e dizer assim: “O que eu tenho com isso? Eu não tenho moto, não tenho carro, não tenho trator, não tenho caminhão?” Se o combustível for bem mais barato, a comida vai chegar mais barato à mesa do trabalhador. A roupa, o

remédio, o sapato, a própria energia elétrica, tudo vai ter uma redução e isso será traduzido em melhoria na qualidade de vida do povo, no padrão de vida do nosso povo. Como é que pode aqui na Venezuela, aqui pertinho, um litro de gasolina custar R\$ 0,30, nos Estados Unidos R\$ 1,12? Tem aqui Foz do Iguaçu, você atravessa a fronteira, abastece pela metade do preço. Tem ali Mato Grosso, Juan Cabalero, atravessa para o lado do Paraguai, o próprio lado da Bolívia, é menos da metade do preço.

A PETROBRAS essa grande empresa, orgulho do nosso País, do nosso povo, orgulho no contexto mundial, volto a repetir, numa medida antipovo do comando da PETROBRAS - essa é uma medida antipovo tomada pela direção da PETROBRAS esse petróleo está tão caro para o nosso povo. O povo é pobre é vítima da exploração de uma empresa estatal.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador, no Pequeno Expediente, Deputado Fernando Scanavaca.

### ***Deputado Fernando Scanavaca (PDT)***

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente Antonio Anibelli, Deputados, Deputadas.

Ocupo esta tribuna para falar da nossa Expo-Umuarama que teve sua abertura na quinta-feira, com a presença do Vice-Governador Orlando Pessuti, do Prefeito de Curitiba Beto Richa. No sábado, tivemos a visita do Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes e do Senador Osmar Dias. Foi uma bela visita dessas autoridades, que estiveram presentes na Capital da Amizade.

E, de repente, quando da coletiva, o Ministro Reinhold Stephanes, junto com o Senador Osmar Dias, quando a imprensa perguntou ao Ministro quem ele apoiaria para o Governo do Estado, não foi a surpresa, de pronto, quando ele disse que apoiaria o Senador Osmar Dias, pré-candidato do PDT ao Governo do Estado. Questionado ainda pela imprensa por que Osmar Dias, ele foi enfático em dizer: "Porque é o melhor candidato para o Paraná". Tenho certeza que com essa afirmação do Ministro, fortaleceu ainda mais a candidatura do Senador Osmar Dias ao Governo do Paraná. Tenho a certeza que o Senador Osmar Dias, a partir de agora está muito mais fortalecido com o apoio do Ministro da Agricultura, a sua candidatura ao Governo do Estado. Por isso, gostaria de registrar esse acontecimento, sábado, em Umuarama, quando da realização da 35ª Expo-Umuarama, a 8ª Internacional. Estou feliz em ver o que Umuarama está representando hoje no cenário político paranaense. E, olha, que nem estamos em campanha eleitoral. Imaginem, o prestígio que Umuarama terá o ano que vem, no ano eleitoral, com a presença desses ilustres políticos na Capital da Amizade.

Mas, quero também, aproveitando esta oportunidade, dizer de um projeto de lei que protocolei hoje,

fazendo com que o transporte rodoviário intermunicipal passe a ter as mesmas condições que temos hoje nas companhias aéreas. Hoje, o transporte rodoviário não pode dar desconto nas passagens quando compradas antecipadamente. Com esse projeto de lei, que espero que os meus companheiros aprovem, passamos a autorizar as empresas do transporte a dar a cada quatro meses até, começamos com 20%, nos primeiros quatro meses, depois passamos, autorizamos esse desconto para 40%, depois para 60% e, por fim, desoneramos o preço da tarifa do transporte rodoviário no nosso Estado, fazendo com que o consumidor possa ter a concorrência instalada no transporte rodoviário, como temos hoje no transporte aéreo no nosso País.

Através desse projeto também poderão ser regulamentadas, como temos hoje nas companhias aéreas, as milhas quando utilizamos o transporte aéreo. Por que não o passageiro também ter benefícios quando ele usa o transporte rodoviário no nosso Estado? Por isso, gostaria de ter o apoio desta Casa para que possamos beneficiar aquelas pessoas que, infelizmente, não têm o seu carro, não tem o seu veículo, e que necessitam do transporte rodoviário para o seu deslocamento.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Mauro Moraes.

### ***Deputado Mauro Moraes (PMDB)***

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da Mesa.

Ocupo a tribuna para, primeiramente, agradecer de coração o Deputado Antonio Anibelli, de Londrina, por somar-se à Comissão de Segurança na defesa dos Subtenentes, Tenentes e Praças do Estado do Paraná.

O Governo estudava um projeto para encaminhar a esta Casa, concedendo o aumento às altas patentes da Polícia Militar do Paraná, isto é, somente aos escalões superiores. O que nós, como Presidente da Comissão de Segurança Pública do Estado do Paraná, representando esta Casa, discordamos totalmente. Não podemos imaginar jamais que esta Casa possa aprovar um projeto concedendo um reajuste de 40 a 50%, aos Oficiais superiores da Polícia Militar do Paraná, ao mesmo tempo em que vamos deixar de lado Tenentes, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados desta instituição. Isso é inadmissível. Em hipóteses alguma podemos apresentar ou aprovar nesta Casa um projeto desta natureza.

Fica aqui o meu agradecimento aos Deputados Belinati e Anibelli, que incorporaram a defesa de o aumento se estender a toda à corporação do Estado do Paraná.

Queremos aumento aos Oficiais superiores? Queremos! Se você quer mais segurança, tem que pagar melhor os policiais, que efetivamente estão correndo

risco de vida na defesa e proteção do cidadão paranaense. Mas aumentar somente aqueles que já estão ganhando mais? Temos que ter um aumento linear! Devemos dar aumento a toda a corporação em percentual idêntico. São 20% para o Soldado, são 20% para o Coronel. São 20% para o Tenente-Coronel, são 20% para o Tenente. É neste parâmetro que não teremos turbulência nos quartéis.

Recebi, Sr. Presidente, somente nas últimas duas semanas, 2 mil e-mails de Tenentes, Subtenentes, Sargentos, Soldados e Praças da nossa corporação. A minha preocupação é com a segurança. Se acontecer apenas para o escalão da Polícia Militar, não tenho dúvida nenhuma de que haverá turbulência nos quartéis. A inquietação já tomou conta em todos os batalhões da Polícia Militar do Paraná. Temos que lutar por justiça.

Agradeço o Deputado Belinati pelo seu pronunciamento e o nosso Presidente Anibelli, que também já endossou a nossa causa e todos os membros da Comissão de Segurança, que estavam aguardando chegar este projeto, para que pudéssemos fazer uma emenda, e aí sim, estender este aumento a todos os policiais militares do Paraná. Porque não é justo. Recentemente demos um aumento de mais de 150% aos agentes penitenciários, que ganhavam em torno de 700 ou R\$ 800 e passaram a ganhar R\$ 2 mil e 500. Um policial militar, um investigador da Polícia Civil não pode em hipótese alguma ganhar menos do que o agente penitenciário. Não estou dizendo que o agente penitenciário está ganhando demais, pelo contrário, ele tem um salário justo. O salário miserável é do investigador de Polícia Civil e o salário inicial de um policial da Polícia Militar.

Fica aqui o meu apelo a todos os Deputados desta Casa, para que juntos, lado a lado, ombro a ombro, possamos lutar, para que a nossa valorosa corporação de policiais militares do Paraná possa ter um aumento significativo e, sim, que possamos dar, uma grande alegria para toda a corporação num aumento significativo, para que possamos efetivamente, ter uma Polícia eficaz, combatível e não com baixos salários e não haver essa paralisação prevista.

Agradeço em especial pelo pronunciamento do Deputado Anibelli e Belinati.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT, PMDB, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinaram).

Democratas, com a palavra Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente Nelson Justus, senhoras e senhores Deputados.

Gostaria de deixar registrado na Sessão de hoje, a nossa posição em relação a PEC, aquela que foi rejeitada na semana passada.

Tinha agendado compromisso para o período de 12 a 15 de março. Esse compromisso já foi agendado desde o início do ano. Na semana passada ainda, sem saber que iríamos votar a PEC na quarta-feira, disse aos nossos companheiros da Oposição que não estaria presente na quarta e quinta-feira da semana seguinte. Disse para os nossos Deputados, inclusive pedi para o Deputado Douglas Fabrício para me substituir na Liderança da Oposição.

Na terça-feira tomamos conhecimento, que a PEC seria votada no dia seguinte. A famosa PEC do Emprego, que na verdade, não tem nada a ver com PEC do Emprego.

Srs. e Sras. Deputadas, não é justo o que se fala hoje e aquilo que tenho lido na imprensa. Peguei os jornais de quinta, sexta, sábado e dei uma olhada. As colocações feitas pelos Deputados e principalmente pelo eminente Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo e pelo próprio Governador Roberto Requião, que disse que os Deputados votaram contra os interesses do Paraná. Que os Deputados votaram contra os empregados do Paraná. Ledo engano. Não tem nada a ver essa PEC com o emprego que existe hoje no Paraná. Isso tem que ficar claro para a população do Paraná. E, nós como Deputados, não só em defesa dos nove Deputados que votaram contra a PEC e nada em defesa dos Deputados que estiveram ausentes. Respeito a posição de cada Parlamentar. Isso é de praxe e tem que estar no espírito de cada Parlamentar e de cada homem público. Se existe o Parlamento é para falar, falar, para discutir e votar. E aceitar a decisão da maioria.

Srs. Deputados, quantas vezes nos aqui em minoria como somos até hoje na Oposição, fomos derrotados aqui pelo voto. Ficamos quietos, ficamos calados. Quem tem maioria vota, e a minoria, já dizia Aníbal Khury, esperneia. Quem ganha a eleição para o Executivo, administra. Quem perde, fiscaliza.

Agora, dizer que os Deputados votaram contra o interesse do Paraná e querer criticar os Deputados da Oposição? Ora, paranaenses, quem faltou da Oposição? Os Deputados que não estavam presentes. De onde eram, de que bloco, de que partido eram esses Deputados?

Agora, eu estranhei muito, com todo respeito que tenho, respeito Roberto Requião como Governador, mas Roberto Requião já passou nesta Casa foi Deputado Estadual aqui, foi Senador da República, ele tem participado de votações, com toda certeza, que seu voto foi vencedor e algumas teses e em outras teses o seu voto também foi perdedor. Aceita-se a decisão da maioria. Agora, querer dizer que os Deputados votaram contra o emprego no Paraná? Quem votou contra, quem estava ausente, quem votou contra os empregados!

Ora, por favor não vamos enganar a inteligência do povo do Paraná. Essa PEC era para as novas empresas

que viessem a se instalar. E podemos daí fazer algumas colocações, Deputado Luiz Nishimori, os contratos feitos, os protocolos assinados, o nosso Presidente, Deputado Nelson Justus foi Secretário de Estado da Indústria e Comércio. Quantas empresas vieram, quantos recursos o atual Governo está obtendo hoje, graças a industrialização no Estado do Paraná?

Agora, se a PEC viesse a ser aprovada ela só poderá ter validade para os novos contratos ou para os novos protocolos que viessem a ser firmados e não para os protocolos já assinados. Não teria validade nenhuma.

E daí tem uma frase que diz o seguinte - ora, se essa PEC que não foi aprovada semana passada, dizer que os Deputados votaram contra os empregados! Mentira! Desculpa, mentiram na imprensa e estão mentindo para a população do Paraná. Não dá para aceitar, porque essa PEC é uma enganação! Essa PEC, na verdade, serviria, se estivesse sido aprovada, só para os novos protocolos.

Ora, se ela não vale, essa PEC, para os investimentos já feitos e cria barreiras para espantar ou fazer com que empresários não invistam no Paraná, ou vão investir em outros Estados, é a mesma coisa que dizer o seguinte: querem matar a galinha e ficar com os ovos. Se matar a galinha e ficar só com os ovos, daqui a pouco não tem mais nem ovos para comer. É a mesma coisa dessa PEC. Fazer uma PEC dessas, com restrições, num momento de crise, tem que ser o inverso, Deputado Nelson Justus, e V. Exa. e foi Secretário, o Governo tem que dar facilidade para que o empresário possa fazer o investimento no Estado.

Quem gera emprego não é o Governo. Quem gera emprego é o setor privado. São as empresas que geram emprego. Agora, como que uma empresa vai se estabelecer no Estado se você instituir barreira? Não é possível! Não é admissível!

Aliás uma frase usada tanto aqui quando votamos a reforma tributária, e nós perdemos no voto nós perdemos e respeitamos a decisão. Agora, o que se dizia no mercado quando falamos que não iria reduzir o preço no supermercado? Lá daquela tribuna se dizia: "Olha, quem regula o preço é o mercado."

Srs. Deputados, se o mercado regula o preço, quem gera emprego é o mercado. Se nós tivermos estabilidade, se criarmos condições para que as empresas possam ampliar o seu negócio, se criarmos mecanismos para que as empresas possam se estabelecer no nosso Estado e não criarmos barreira, aí sim estaremos criando, com certeza, emprego e gerando desenvolvimento econômico em nosso Estado. Caso contrário, não. Estaremos criando problemas para que as empresas não se estabeleçam em nosso Estado, saiam, e nós como Deputados, paranaenses, aqui no Parlamento sempre respeitamos e espero que os Parlamentares também respeitem.

Deputado Ratinho Júnior, foi V. Exa. que criou uma lei aqui na Assembleia que o Governador se negou a assinar e que foi promulgada pelo Presidente da Casa, em

2007, o Presidente era o Deputado Hermas Brandão, ele promulgou essa lei. E fui informado hoje, o que me deixa mais triste ainda é que o Governo nem sabia dessa lei. Não posso acreditar nisso! Não é admissível!

Srs. Deputados, paranaenses do nosso Estado, empresários que acreditam no Estado do Paraná. Se o Governo não atrapalhar o Estado do Paraná vai dar muita alegria para a sua gente e para as futuras gerações.

Não dá para ser populista em tudo, não dá para jogar para a próxima eleição, tem que jogar para a próxima geração. Esse é o nosso compromisso e esse tem que ser o compromisso dos Governos. Os Governos passam e o que permanece são os nossos atos e as nossas atitudes.

Espero sim que o Governador do Estado do Paraná, como democrata não do partido, mas democrático, porque ele foi eleito Deputado, Senador, foi eleito três vezes Governador do Estado do Paraná, que respeite a decisão da maioria dos Deputados aqui nesta Casa.

Agradeço, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, e de uma forma especial ao Deputado Ratinho. Se o Governador quer se valer de algum instrumento em relação às empresas que têm benefício, que venha se valer da lei que já existe no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Começo onde o nosso Líder da Oposição, Elio Rusch, terminou. Na verdade, o discurso dele foi muito enriquecido quando falava que se aquilo que o Governador falou em alto e bom tom, advertindo esta Casa que precisava de um instrumento legal para fazer com que as empresas que recebessem benefício no Paraná não demitissem em massa, isso ele já tem em vigor há mais de dois anos. Se alguém foi omissa, não foram os Deputados faltantes nesta Casa. Aliás, a Presidência tem instrumentos para coibir e o Deputado deve saber se justificar perante este Poder e perante os seus eleitores.

Omissão, se houve, foi por parte do Governador, que não sancionou, no final do ano de 2006, a Lei do Deputado Ratinho Júnior, promulgada pelo Presidente esta Casa em 15 de janeiro. É a Lei nº 15426. Se algum Deputado quiser fazer um aparte, na sequência, e me falar no que se diferencia esta lei da PEC do Deputado Luiz Claudio Romanelli e do Deputado Waldyr Pugliesi, na verdade não era do Governo.

Então, o que diz a lei do Deputado Ratinho Júnior? "Dispõe sobre incentivos fiscais às empresas paranaenses. Artigo 1º: As empresas que receberem incentivos fiscais e qualquer natureza, para implantação ou expansão das atividades do Estado do Paraná, deverão cumprir,

obrigatoriamente, as seguintes condições, que constarão dos respectivos acordos ou contratos: a manutenção de emprego e vedação de demissões consideradas exorbitantes e sem justa motivação.”

Exorbitante é a demissão em massa. Aí começou uma discussão no dia da votação da PEC, se esta lei seria retroativa ou daqui em diante. A lei do Deputado Ratinho Júnior, e aliás aqui vai um recado para a Promotoria, porque esta lei está em vigor, aqui diz, no artigo 2º: “Os empreendimentos já existentes no Estado do Paraná, que tenham recebido os benefícios fiscais deverão cumprir o estabelecido no *caput* ou seja, através de aditivo aos respectivos contratos ou na forma constante dos acordos estabelecidos”.

Portanto, Volkswagen, Audi, todas estas, se o Governo não negligenciou, desde 15 de janeiro de 2006 já deveria ter sido providenciado um aditivo nos contratos destas empresas para que elas não demitissem. Portanto, se alguém errou não foi nenhum Deputado destaca. Os que votaram a favor votaram contra, Deputado Elio Rusch, e V. Exa. também estava ausente, e nós - graças a Deus - todos os que votaram, os nove, votaram conscientes. Nenhum votou por pressão de vossa liderança, que nem estava aqui.

Então, agora, temos que ver quem foi negligente, quem não estava cumprindo seu papel, se era o Legislativo ou Executivo. Mas, é interessante o que o Deputado Elio Rusch passou aqui, agora a pouco, que a opinião pública - e eu sei porque senti isso lá em Foz do Iguaçu - está pensando que os Deputados negaram um instrumento legal para manter os empregos no Estado do Paraná. Mentira! Isto já existe desde 2007. E aliás, se não tivesse sido omissos, todas as empresas que já receberam benefícios já teriam feito o aditivo de contrato, conforme prevê a lei do Deputado Ratinho Júnior e não haveria demissão em massa, nenhuma, no Paraná. Muito menos demissão injustificada. Portanto, quem tem que correr atrás do prejuízo e do não cumprimento da lei, é o Governo e não o Poder Legislativo.

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Acompanho o pronunciamento de V. Exa. e V. Exa. fala sobre esta lei do Deputado Ratinho Júnior - que por coincidência do destino está nesta Casa neste momento. V. Exa. pediu que algum Deputado lhe respondesse qual a diferença da PEC do Governo e desta lei que está em vigor no Estado do Paraná. Qual é a diferença e se precisamos fazer uma nova PEC em relação ao que estamos vivendo hoje, se devemos fazer uma nova PEC, já que esta lei está em pleno vigor no Estado do Paraná. E eu queria perguntar a V. Exa., também, quando foi discutido este tema, acho que nenhum dos Deputados lembrou desta lei, fazemos tantas leis que quem sabe faltou alguém levantar esta tese, e mostrar o que havia acontecido. Pelo menos não me lembro, posso ter passado batido. Mas, pergunto a V. Exa. esta PEC, qual a diferença da lei que está em vigor, do seu ponto de vista?

#### **O SR. DEPUTADO RENI PEREIRA (PSB)**

Nenhuma, Deputado. Aliás, como o Governador sugeriu, “pau” nos Deputados que votaram contra, “pau” nos Deputados ausentes, eu já levei um “pau” de uma coluna aqui na Capital, porque não levantei esta questão na Comissão de Constituição e Justiça.

Quero informar a este colunista e a quem deu “pau” no Deputado, que não levantou isso, que PEC não tramita na Comissão de Constituição e Justiça. Se não me falha a memória, o Deputado relator era o Professor Lemos e ele poderia ter observado que a Lei Complementar nº 095/98 diz que nenhum assunto que já foi disciplinado por lei pode ser tratado por outra lei, e se essa lei tiver que modificar alguma coisa, ela tem que modificar a lei originária. Nesse caso, se o Governador achar que esse instrumento, que inclusive retroage, não lhe satisfaz, ele que mande a alteração da lei do Deputado Ratinho Júnior e não através de nova PEC.

Então, quero dizer que não negligenciamos, mas no dia parecia que iria acabar o mundo se não aprovássemos naquela quarta-feira. Todos os Deputados, inclusive o Deputado Alexandre Curi, pedimos ao Deputado Romanelli: vamos discutir melhor isso. Inclusive o Deputado Marcelo Rangel, em uma tentativa de ganhar tempo para discutirmos melhor, propôs uma nova PEC, que aliás quero pedir, Deputado Marcelo Rangel, com base na Lei Complementar nº 095/98, que façamos o debate, mas não vamos nos servir a criar um factóide para que o Governo acuse esta Casa. A lei já existe e está em pleno vigor. Então, quero pedir a V. Exa., eu que também já assinei a sua PEC, que V. Exa. retire essa PEC, até porque a Constituição Federal e a Constituição do Estado, ao contrário do que diz o nosso Regimento, proíbem que uma matéria constante de uma proposta seja votada na mesma Sessão Legislativa.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Noroeste.

#### **O Sr. Chico Noroeste (PR)**

Gostaria de perguntar se não foi o senhor o relator da PEC que votamos na semana passada.

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Deputado Chico Noroeste, acabei de falar que foi o Professor Lemos.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Reni Pereira, já temos a segunda PEC, ela já tem praticamente quase todas as assinaturas da Assembleia Legislativa do Paraná, quase todos os Deputados já assinaram a segunda PEC, que será discutida. Será aberta uma nova Comissão Especial, acredito que podemos fazer assembleias, Audiências Públicas com os trabalhadores, com os sindicatos, com as empresas e, principalmente, podemos prever, através de emendas, benefícios e isenções fiscais, que a primeira PEC, a PEC do Governo, não previa. Alguns órgãos da imprensa infe-



lizmente acabaram citando em suas matérias que existiriam isenções, benefícios fiscais, mas isso não é verdade. Agora, através desta segunda PEC, nós podemos, sim, prever alguns benefícios para que as empresas admitam mais funcionários e com isso ganhem mais admissões no Estado do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel!

Concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

**O Sr. Nereu Moura**

Deputado Reni, V. Exa. está abordando esse tema que ocorreu na quarta-feira aqui nesta Casa. Quero dizer que V. Exa. recupera um pouco a memória em relação à legislação que já tínhamos criado aqui nesta Casa em relação a esse tema das empresas que recebem benefícios fiscais do Governo do Paraná. Eu, em sã consciência, tenho absoluta convicção que nenhum empresário demite funcionários pelo bel-prazer de demitir. Essa lei era mais para efeito de propaganda do que atingir efetivamente a questão da segurança do emprego.

Também não posso aceitar que colegas venham aqui nesta tribuna vestidos de paladinos da moralidade e da ética querer cobrar qualquer Parlamentar desta Casa sem nenhum respeito, não tendo moral inclusive para fazer críticas a Parlamentares que eventualmente não estavam nesta Casa, por problemas de cada Parlamentar. Cada parlamentar desta Casa tem responsabilidade pelos seus atos e pelas suas atitudes. Nem mesmo o Governador Requião tem o direito de sair por aí achincalhando componentes desta Casa, afinal de contas este Poder não é submisso ao Poder Executivo. Eu me responsabilizo pelos meus atos. Lamento as afirmações que foram feitas aqui na Assembleia Legislativa, inclusive insinuações de que dirigentes da FIEP teriam visitado gabinete de Parlamentares, e possivelmente esses Parlamentares, alguns não teriam vindo a essa Casa. Insinuação na verdade maldosa e sem nenhuma responsabilidade com a decência e com o respeito que deve ter entre os Parlamentares.

Eu não estava presente no dia da votação da PEC, porque tinha um compromisso anteriormente assumido aqui nesta Casa. Em nenhum momento eu faltei com as minhas atitudes com o meu voto, com a minha palavra, sempre com firmeza, e não fujo das minhas responsabilidades. Mas quero, de forma veemente, protestar contra as palavras que o Governador Requião manifestou pela imprensa, e quanto as palavras ditas aqui por Parlamentares, que vestidos com uma falsa ética, com falso moralismo, tentaram admoestar Parlamentares que aqui não estavam e que em razão de compromissos no interior do Estado, ou por problemas de saúde aqui não puderam comparecer.

Então, fica aqui demonstrado o meu repúdio, o meu protesto em relação ao que ocorreu aqui na Assembleia na quarta-feira da semana passada.

Muito obrigado, Deputado Reni.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para concluir, Sr. Presidente.

Quero agradecer o aparte do Deputado Nereu, contribuiu muito para o debate, do Deputado Marcelo Rangel, porque demonstrou, Deputado Nereu, que aqueles que aqui não estiveram e os que votaram contra contribuíram para a manutenção do emprego no Estado do Paraná. Porque não é com factóides, e muito menos com enfeites que vamos manter os empregos no Estado do Paraná. E o Deputado Marcelo Rangel disse que cabe a esta Casa, sim, o debate, e vamos debater, mas o Governo já tem um instrumento há dois anos para manter. Aliás, ele é que deve prestar conta se já não fez os aditivos, previsto na lei do Deputado Ratinho Júnior.

Portanto, Deputado Nereu, V. Exas. os demais Deputados da base que aqui não estavam, contribuíram porque não endossaram um factóide que seria capa de todos os jornais do Paraná, manchete em todos os telejornais que estaríamos fazendo uma coisa em defesa dos empregos do Paraná. Essa coisa já foi feita há dois anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Presidente da Câmara de Chopinzinho, companheiro do Deputado Augustinho Zucchi, Vereador Rogério Mazeto; bem como o Vereador Paulo, também de Chopinzinho. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Apenas para completar essa questão de quórum na reunião de quarta-feira, é importante que tínhamos naquela Sessão 42 Srs. Deputados. Portanto, quórum bastante expressivo. Tínhamos 42, mais o Presidente, portanto tínhamos 43 Srs. Deputados. É o quórum expressivo, 80% dos Srs. Deputados estavam presentes. Se dessa ou daquela base não estava, a conversa é outra, mas os Deputados pelo menos estavam presentes em número expressivo, 43 Srs. Deputados presentes na Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só queria fazer uma questão de legalidade. O Deputado Reni Pereira, agora há pouco, usando da tribuna falou sobre a primeira PEC, falou da lei do Deputado Ratinho Júnior, nº15426, que foi promulgada pelo Presidente Hermas Brandão. Eu queria fazer uma questão de ordem e perguntar a V. Exa., Sr. Presidente, se a nova PEC que o Deputado Marcelo Rangel quer apresentar, se ela pode ser apresentada? Nós podemos assiná-la? Porque ele está coletando assinaturas dos Deputados. Se legalmente ela pode ser apresentada na Casa e se ela também tem algo a ver com essa lei, como disse ali o Deputado Reni Pereira, que é sempre muito cuidadoso com as leis, ele afirma que não podemos ter uma segunda PEC em função da legislação. E também a questão que envolve essa lei que tem a mesma linha. O Deputado Marcelo Rangel está coletando assinaturas, fez uma nova PEC. Perguntaria a V. Exa.: podemos assi-

nar a PEC do Deputado Marcelo Rangel? Qual é a diferença em relação a essa lei do Deputado Ratinho Júnior? Pode-se fazer uma segunda PEC com o mesmo tema, no mesmo ano legislativo? Gostaria de ouvir o que a Mesa tem a dizer sobre esse caso.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Jocelito Canto, e vamos encaminhar essa questão de ordem, inclusive, ao setor jurídico da Mesa. Eu, particularmente, acho que não cabe a nova PEC, até porque pela Constituição Federal não é possível se apresentar uma nova PEC no mesmo ano.

O Regimento Interno da Casa permite que seja apresentada desde que tenhamos 28 assinaturas, mas a Constituição Federal é muito clara. A Constituição Federal, no seu artigo 60, inciso V diz: *A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.* Isso fala a nossa Constituição Federal. A Constituição do Estado me parece que é omissa.

**O SR. ELIO RUSCH (DEM)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná: *A Constituição poderá ser emendada mediante proposta. Não vem todo, como é que pode? Parágrafo 4º: Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.* É uma cópia da Constituição Federal.

Só quero dizer, Presidente, o Deputado Marcelo Rangel está colhendo assinaturas. Tenho o maior respeito por ele. Eu disse: Deputado Marcelo Rangel, não cabe e a Mesa, pelo meu entender, não pode aceitar essa nova emenda porque é a mesma coisa, só que acrescenta alguma coisa a mais. Só que o que o Deputado Marcelo Rangel quer, na verdade, é trazer a discussão aqui para Casa para que possamos gerar mais emprego ao Estado do Paraná e não criar barreiras. Esse é o objetivo do Deputado Marcelo Rangel e é por essa razão, e quero tornar público, que não assinei a PEC. Não assinei nem a primeira PEC que era da Liderança do Governo e, também, não assinei do Marcelo Rangel. Eu disse: Deputado Marcelo Rangel, primeiro quero dar uma olhada se é legal ou não é. Como não é legal. Nem a Constituição do Estado e nem a Constituição Federal permite a apresentação de uma PEC na mesma Sessão Legislativa, ou seja, no mesmo ano. Não é no período dos quatro anos, mas no ano que não pode ser apresentado. Por essa razão, não assinei essa PEC do Deputado Marcelo Rangel. Embora eu concorde e entenda a preocupação do Deputado Marcelo Rangel. Conversamos sobre isso longamente, aqui na Sessão, mas não pode ser apresentada.

Como V. Exa. como Presidente da Casa, já fez a leitura, eu sei que não será aceita. Dessa forma, não cabe nem colher assinaturas.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Pois bem, Sr. Presidente, tenho praticamente todas as assinaturas. Faltam apenas três para unanimidade do Plenário da Assembleia. Gostaria de deixar registrado que, no dia que foi votada a primeira PEC, eu fiz uma questão de ordem à Mesa Executiva - posso inclusive resgatar por meio da taquigrafia - perguntando se eu poderia apresentar uma segunda PEC e me foi passada a informação que eu tinha total direito de apresentar uma segunda PEC. Hoje temos praticamente 50 assinaturas que podemos sim encaminhar.

Agora, vou acatar a decisão judicial. Na minha opinião, temos total direito de apresentar essa PEC sim.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, penso que esse tema que envolve a PEC do Emprego é um tema extremamente importante. Na quinta-feira ainda, com o sabor da derrota, por óbvio, verifiquei que há no nosso Regimento Interno, no artigo 126, um dispositivo que permite a apresentação de uma PEC com o mesmo teor da PEC que foi rejeitada. Senão vejamos, até para que todas as pessoas tomem conhecimento e não aleguem amanhã desconhecimento do Regimento desta Casa. Vou ler o artigo 126 do Regimento da Assembleia Legislativa que está em pleno vigor e que tem todos os efeitos. *As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.* Eu tenho essa ressalva em relação à questão.

Então, Sr. Presidente, tem amparo regimental a tramitação de uma nova PEC nesta Casa, para que possamos enfrentar essa questão que envolve o emprego daqueles paranaenses que trabalham nas empresas que têm efetivamente incentivos, benefícios fiscais concedidos pelo Governo do Paraná. E entendo que temos que ter esse instrumento que é fundamental para a manutenção do emprego.

Então, quero dizer a V. Exa. que já assinei, na quinta-feira, a PEC do Deputado Marcelo Rangel, que tem o mesmo teor da PEC original acrescida de uma expressão que vamos corrigir através de uma emenda, mas que efetivamente, na minha avaliação, Sr. Presidente, legalmente a PEC pode, sim, tramitar com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, porque ele efe-

tivamente disciplina, regula o processo legislativo desta Casa. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ao responder à questão de ordem do Deputado Jocelito Canto, esta Presidência foi bem clara, a Mesa tem conhecimento perfeito do que está escrito no Regimento Interno e, de igual maneira, o que está escrito na Constituição Federal e na Constituição Estadual. O Regimento diz que permite e ambas as Constituições vedam. Por essa razão, solicitei que, tão logo receba a PEC, a receba oficialmente, encaminho ao departamento jurídico da Casa para que ele se pronuncie, se devemos tramitar ou não.

De qualquer maneira, o que acho importante, com PEC ou sem PEC, vejo que a intenção de todos é uma só. Acho que seria muito oportuno que esta Assembleia criasse uma comissão para discutir - como bem disse não sei se o Deputado Rangel ou o Deputado Reni Pereira - para que pudéssemos discutir com os trabalhadores, com a classe empresarial, com os empregadores, com os empregados, enfim, com a FIEP, com as entidades de classe, discutirmos algum mecanismo que pudéssemos suprir a ausência dessa PEC. É importante que fique claro que a PEC tem duas situações: o antes e o depois. Todos os convênios firmados anteriormente, isso para não falar na lei do Deputado Ratinho, todos os convênios firmados com o Estado, nas pequenas letras tem um parágrafo que fica vedado ao empregador a dispensa de funcionários. Portanto, não haveria a premência dessa PEC, mas vamos discutir o assunto e cabem as questões de ordem de V. Exas.

Está respondido, Deputado Elio Rusch, ou não?

**O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de deixar bem claro, temos que entender e V. Exa. é mestre, é doutor nesta questão do processo legislativo. Olha, a lei maior que temos no Brasil é a Constituição. Aí, vem a lei complementar. Aí, vem as leis ordinárias. No Estado do Paraná, a nossa lei maior é a Constituição do Estado do Paraná. A Constituição do Estado do Paraná não pode contrariar dispositivos da Constituição Federal nem o Regimento Interno pode contrariar o que diz a Constituição. Então, o artigo 126 do Regimento Interno não pode suprir jamais dispositivos da Constituição do Estado. Quer dizer, nós temos o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, mas ele não pode contrariar a Constituição. Vivemos em um estado de direito e isso quer dizer que se respeita a Legislação, que tem hierarquia. Tem a ADIN que não teve votação suficiente, não teve os 33 votos. O que tem que mudar é o Regimento Interno, que conflita com a Constituição. Isso foi levantado agora e jamais poderá tramitar.

Por esta razão quero parabenizar o Deputado Marcelo Rangel, pela iniciativa e preocupação de V. Exa., a preocupação que os nove Deputados tiveram, que os

Deputados ausentes também têm. E os 32 Deputados que votaram a favor também tem preocupação com o Paraná.

Deputado Romanelli, é preciso respeitar a posição de cada um. Não é possível que seja intitulado o dia da vergonha do Paraná, por um homem que passou por este Parlamento. Eu e ninguém podemos aceitar isso. Queremos o bem do Paraná. Agradeço, Deputado Romanelli, pela interpretação que V. Exa. tem em relação ao Regimento Interno e também à Constituição. Tenho certeza de que quando V. Exa. pegar essa PEC e encaminhar para a nossa Procuradoria da Assembleia, imediatamente será arquivado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Quero deixar claro um tema: respeito a posição do Deputado Elio Rusch, que é contra a PEC do Emprego, que é contra qualquer possibilidade. Tem um instrumento legal? Não temos. Nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta contra este dispositivo que consta no Regimento Interno da Assembleia, em face ao disposto na Constituição Estadual, no âmbito do Tribunal de Justiça e nem em relação ao caso específico, não seria até da União.

No mundo do Direito, o dispositivo do nosso Regimento está absolutamente válido, porque sabemos que controle concentrado é em face à lei, que é o caso do nosso Regimento e no caso difuso, por qualquer Juiz. Salvo de que o Deputado Elio Rusch tenha se transformado em um magistrado e está decidindo aqui em um caso concreto. Efetivamente, V. Exa., Sr. Presidente, tem que aplicar o disposto no artigo 126 e admitir a nova PEC para podermos garantir os empregos do Estado do Paraná.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

A nível de colaboração, para que os nobres Deputados não tenham receio de poder discutir mais esse assunto.

Existe um projeto de lei de autoria do nobre Deputado Antonio Belinati, protocolado nesta Casa, que por coincidência me foi dada a incumbência da relatoria na CCJ. Esta discussão, inclusive, se travará amanhã, porque será o dia em que estaremos manifestando o nosso relatório. Quero pedir a permissão de V. Exa. para fazer a leitura rapidamente deste projeto.

**(Lê o projeto)**

Então, independente, Sr. Presidente, de PEC ou não, novamente se travará a discussão em cima desse tema, até porque este projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, é anterior até mesmo à PEC. O seu protocolado aqui na Assembleia Legislativa, está em minhas mãos, será analisado amanhã pela CCJ, e naturalmente a avaliação jurídica será manifestada naquele

momento. Entendo que essa discussão, independente de ser através da PEC ou não, se porventura será aceita ou não por esta Presidência, se travará mais uma vez, a partir deste projeto de lei, seja na CCJ, seja aqui no plenário. É um projeto que tem muitas similaridades à própria PEC que foi apresentada aqui. Muito semelhante inclusive a esta lei também já existente, do Deputado Ratinho Júnior.

Então, os Deputados que tenham calma, haverá momento oportuno para esta discussão e este projeto, provavelmente a partir de amanhã, na CCJ, promoverá esta oportunidade a todos que quiserem manter-se favoráveis ou não, posicionarem-se a respeito desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concordo com V. Exa. e não é por falta de projeto que os nossos empregados ficarão desamparados.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Sei que existe por parte de V. Exa. com os Líderes da Oposição e do Governo, um acordo para que os requerimentos sempre sejam encaminhados num momento para o debate. Então, quero comunicar que já chegou nesta Mesa um requerimento pedindo, em relação aos empreendimentos já existentes no Paraná, em 15 de janeiro de 2007, quantos aditivos aos respectivos contratos a Casa Civil firmou. Porque se alguém estiver omisso em relação à lei, não é esta Casa, é o Governo do Estado. Tem um requerimento pedindo, depois a Casa Civil encaminha para quem quiser. Só para comunicar para que depois não deixe de ser votado por falta de aviso.

**O SR. PRESIDNETE (Nelson Justus)**

Último orador inscrito no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi***

**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o PMDB há alguns dias, reunido, decidiu que o partido terá candidato próprio ao Governo do Estado. E na mesma oportunidade, Sr. Presidente, ficou decidido também que faríamos a pré-indicação do companheiro Pessuti para concorrer ao Governo do Estado.

Não somos ingênuos, não somos aprendizes de política e sabíamos, com toda certeza, que vozes discordantes apareceriam. Uma delas, acho até que surgiu de maneira desnecessária, foi a manifestação do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, do PMDB.

Então, veja bem: o partido sinaliza a caminhada numa direção. Aí vozes se levantam dentro ou fora do partido, fazendo, no meu entendimento, equivocadas análises em relação àquilo que vai acontecer no ano que vem.

Temos um pré-candidato, conhecido pelo Paraná. O nosso pré-candidato, Orlando Pessuti, conhece todos os 399 Municípios deste Estado. É até folclórico dizer que ele costuma nominar a companheirada pelo Paraná afora. Ele tem uma grande vivência intrapartidária e fora do partido.

O que sinalizamos na nossa reunião? Que estávamos abertos para manifestações de outros partidos e até falei: olha, estamos abertos para recebermos apoio. Porque se temos candidato ao Governo do Estado, naturalmente que estamos conversando no sentido de recebermos apoio de outras siglas partidárias.

Mas eu me surpreendi muito com essa manifestação do Ministro lá em Umuarama. Eu não sei, é uma manifestação, Deputados principalmente do PMDB que estão aqui, é uma manifestação antipartidária. Queiram ou não, não pode ser menosprezada, porque no momento que lançamos um candidato de dentro do partido, das suas próprias vísceras, podemos dizer isso, aparecem vozes que conflitam com o partido, com a praticamente manifestada unanimidade partidária, e não é possível que os Deputados do PMDB, o partido, não façam essa anotação. Não é possível.

Olha, e aí é que eu chamo a atenção para que nós políticos pudéssemos fazer, na realidade, uma reforma partidária. Os partidos, do jeito que estão, Sr. Presidente, são postigos, epidérmicos, são irreais.

Então, dizem assim: “Mas o que é que o partido vai fazer?” Olha, somos um partido plural, que tem uma paciência até além do limite. Então, anotamos, vamos ver aquilo que os companheiros podem decidir no sentido da nossa ação neste caso. É lamentável, é extremamente lamentável que numa questão de tanta importância, por dentro do nosso partido apareçam essas vozes que pipocam em alguns cantos, inclusive, Deputado Jonas Guimarães, fazendo, de maneira muito superficial e equivocada, a análise daquilo que vai acontecer no ano que vem. Querem estabelecer uma semelhança entre a candidatura que tivemos aqui em Curitiba, nas últimas eleições, e a candidatura do Pessuti ano que vem.

É uma situação diametralmente oposta. Não tem nenhuma similaridade. Nada disso. É muito diferente a situação.

Agora, os partidos precisam, de uma vez para sempre, ter os seus estatutos, a sua programação, a sua linha ideológica respeitadas por seus membros, porque, para que serve o partido? Para alguém, na época de eleição, se candidatar. Muitas vezes, Deputado Nereu Moura, ganham as eleições e, na prática, agem de maneira totalmente contrária àquela que ficou estabelecida anteriormente.

E outra coisa, Deputado Romanelli, gostaria de dizer aqui e invoco até o testemunho da imprensa, meses atrás o Ministro Stephanes fez uma declaração dizendo que apoiaria o candidato do Valdir Rossoni, que é o Beto Richa, mas o tempo passou e agora ele já está sinalizando na direção do Osmar Dias. Não sei se os companheiros se

lembram desta afirmação. Mas certamente é só fazer o retorno aos jornais e verão que o Ministro Stephanes, há pouco tempo, era partidário da candidatura do Beto Richa. Hoje ele é Osmar.

Agora, pergunto para vocês: e amanhã?

Por exemplo, se o Lula falar: “olha, nós vamos lançar no Paraná um candidato.” Eu gostaria de ver qual seria a definição do ministro.

Aliás, Ministro do PMDB, dentro do Governo Lula, com todos nós de maneira mais firme, mais forte, ou mais distanciada, todos nós do partido trabalhamos para que ele fosse Ministro. Então, as divergências existem. Tenho andado por aí e visto muita manifestação contra a política agrícola, agrária, fundiária do Governo Lula, do companheiro Lula, que fizemos de tudo para apoiá-lo. Agora é impossível ao PMDB se calar.

Perguntaram-me quais as penalidades que colocaríamos no caso. Não somos de fazer retaliação, mas anotamos, temos que ter firmeza e é isso que vamos fazer. Falam em inquisição - me perdoem a rudeza do termo - quando alguém trai o partido. Mas isso não é inquisição não. As portas partidárias, precisam ser defendidas. Quando as alianças se concretizarem aí é outra conversa, é diferente. Mas quando o partido lança alguém, que vai correr todo o Paraná, não faz outra coisa, o Pessuti, a não ser ouvir todo mundo em todos os lugares, aparece aqui dentro da Assembleia a voz derrotista, fazendo análise daquilo que vai acontecer no ano que vem.

Sr. Presidente, sempre tive dificuldade para fazer as minhas campanhas por causa da questão financeira, o dinheiro sempre foi escasso. Mas, como o Ministro já sabe o que vai acontecer em 2010, que tal nós do PMDB não darmos um volante da mega-sena para ele grafar os seis números?

É isso, os partidos precisam se afirmar! Quando menos esperamos somos golpeados! Vou dizer, Sr. Presidente, o Ministro Stephanes é meu amigo particular, faço campanha, como vocês companheiros do PMDB sabem, conjuntamente em vários Municípios do Paraná. Mas, não é porque eu tenho, vamos dizer, que me lembrar disso, eu tenho que esquecer da brutalidade da afirmação que ele fez em Umuarama.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.  
(Declinam)

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 010/09, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, enca-

minhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso ao Instituto Paranaense de Cegos, do imóvel sito à avenida Visconde de Guarapuava, esquina com Coronel Dulcídio, nesta Capital. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Encaminhe à Procuradoria.**

Indicação nº 221/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, obras de reparos e melhorias no Colégio Estadual Francisco Zardo, no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 222/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da SANEPAR providências da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em relação ao horário de atendimento ao público no Município de Bocaiúva do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 223 e 224/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante do Corpo de Bombeiros, a disponibilização de uma ambulância do SIATE para os respectivos Municípios: Almirante Tamandaré e Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 960, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de março, em função de consulta médica. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## 2ª Discussão

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM E CDDMCA.

Em discussão. Em votação.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Queremos encaminhar, em nome da Bancada do PT, na condição de Líder, contrariando a esse projeto do Deputado Augustinho Zucchi, apesar do respeito que temos pelo nobre Parlamentar. Esse projeto fere o interesse público, na minha opinião.

Podemos fazer uma análise mais ampla na questão da Cidade nas áreas urbanísticas. Por exemplo, vimos muitos problemas em Ponta Grossa, que tem 13% da população morando em favelas. Quando íamos numa favela, de um lado da rua tem um terreno baldio de um grande especulador imobiliário, e do outro uma favela sem rede de água, nem de luz.

Ora, íamos buscar na SANEPAR, na COPEL, extensão da rede de água e de luz, e se moradores da favela usassem a sua força trabalho, eles pagavam uma percentagem menor da rede de água e de luz, mas tinha que pagar sozinhos. Os donos do terreno baldio, por não ter construção, iam usar imediatamente a luz e a água e não pagavam absolutamente nada. Na medida em que era construída a rede de luz e de água, esses terrenos tinham uma valorização.

Nas devidas proporções, o projeto do Deputado Zucchi funciona mais ou menos da mesma forma: ele beneficia pessoas que têm uma construção, um escritório, uma casa e que quase não usam água ou luz e pagariam muito pouco por isso. Acontece que existia um custo na extensão da rede de água e de luz. Esse proprietário tem que pagar o mínimo pelo potencial de utilização. Isso é uma coisa evidente. Caso contrário, o prejuízo vai ser para as pessoas que têm uma propriedade, que precisam da água, precisam da luz e têm que pagar por ela.

Isso vai dificultar programas como tem o Governo Requião, Programa da Tarifa Social de Água. Vai trazer prejuízo, dificuldade, e vão cair os recursos que entram na SANEPAR e vai dificultar o benefício para as pessoas mais pobres. A mesma coisa vai acontecer com a rede de água e luz.

Por esse motivo, entendo que esse projeto é equivocado. Aparentemente traz benefício social, mas na verdade traz prejuízos para as famílias mais carentes, se beneficia aquelas famílias que tem mais de uma propriedade, ou que muitas vezes têm propriedade de aluguel, mas o tempo que fica a casa sem alugar vai estar beneficiando aqueles que lucram com a propriedade e tem a propriedade para renda própria e não para aquelas pessoas

que usam a propriedade pelo uso apenas, sem o valor de uso.

Por esse motivo, oriento a Bancada do PT a votar esse projeto, com todo respeito que tenho pelo Deputado Augustinho Zucchi.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero chamar a atenção dos membros que integram a bancada de apoio ao Governo Requião nesta Casa, em relação ao posicionamento da Liderança do Governo, para que não paire nenhuma dúvida sobre a nossa posição em relação a esse projeto, que é contrária à aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, Projeto nº 178/07.

Do que trata o projeto? É para poder acabar com a tarifa mínima que a SANEPAR cobra de seus usuários. Estou encaminhando para que possamos rejeitar o projeto, porque foi tema de um debate, ainda no processo eleitoral, quando o Senador Osmar Dias propôs que pudesse a SANEPAR acabar com a cobrança da tarifa mínima.

O Deputado Péricles de Mello fundamentou, inclusive, em qual é a lógica do sistema, que subsídio cruzado temos para que a SANEPAR possa cobrar a tarifa. Cerca de 2 milhões 400 mil lares, residências e comércio são atendidos pela SANEPAR. Cerca de 1 milhão e 400 mil destes consumidores pagam a tarifa mínima. Para dar um exemplo, no Litoral do Paraná temos cerca de 62 mil ligações de água e esgoto; 55 mil pagam a tarifa mínima. São os veranistas. Certamente estes seriam os grandes beneficiários, por conta da extinção, porque só usam seus imóveis no verão e pagariam a tarifa mínima.

Ao mesmo tempo, todos sabemos que aquilo que parece ser lógico, sabemos que a SANEPAR é uma sociedade de economia mista, uma empresa pública, e se não na definição do termo empresa pública, mas ela é pública e nós definimos que a água é bem essencial à vida e não pode ser objeto do lucro, não pode ser tratada como uma mercadoria. E ao mesmo tempo, a Organização Mundial de Saúde estabelece que para o consumo mínimo de uma família com quatro pessoas, é de 10 mil litros por mês para poder, de fato, a família, do ponto de vista sanitário, atender às recomendações da Organização Mundial de Saúde.

Por isso é que o projeto, o ponto de vista da estrutura tarifária, é ilógico, porque certamente teria que ser extinta a tarifa mínima, que basicamente é uma parcela significativa da classe média que paga. Extinta esta tarifa mínima, a água custaria mais para o conjunto da população. E nós, pasmem, chegaríamos a um paradoxo onde as famílias mais pobres teriam que economizar água porque o custo dela subiria muito. Este é um problema bem objetivo.

Ao mesmo tempo, a política de subsídio cruzado, já disse aqui o Deputado Péricles de Mello, e estou só repetindo, mas possibilitou que pudéssemos ter a tarifa social da SANEPAR, que hoje atende 357 mil famílias, mais de 1 milhão e 400 mil pessoas são beneficiadas pela tarifa social da SANEPAR, que certamente também seria extinta se acabássemos com o sistema atual de subsídio cruzado e com a tarifa mínima.

Quero chamar a atenção de V. Exas. Entendo que enquanto persistir este modelo, é impossível prescindirmos desta tarifa mínima para fazer com que o sistema seja auto-sustentável. Quero lembrar a todos que faz exatamente cinco, cinco anos, que este Governo não aplica R\$ 1 de reajuste na tarifa da água. E V. Exas. sabem, o Governador Roberto Requião, em determinados momentos, teve que enquadrar a diretoria da SANEPAR que queria promover reajuste, que afinal de contas até entendemos, a Diretoria sempre quer ter uma receita maior.

Mas, por outro lado, temos que reconhecer que a tarifa de água no Paraná é uma das tarifas mais baixas do País. É importante manter o sistema atual de subsídio cruzado, manter a tarifa social e ao mesmo tempo manter a tarifa barata, especialmente para quem não pode pagar. Imagina termos que ver uma família de baixa renda tendo que economizar água por conta do reajuste, e claro, cada um vai dar aquela cobrança para que não gaste água.

Então, Sr. Presidente, quero pedir a rejeição do presente projeto, respeitando o Deputado Augustinho Zucchi, que colocou na idéia uma discussão, mas certamente num outro momento poderá se discutir, num outro Governo, a possibilidade da instalação da tarifa mínima, desde que o Governo do Estado coloque dinheiro na SANEPAR para poder cobrir o subsídio que hoje é feito pela lógica do subsídio cruzado.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedindo a rejeição e respeitando naturalmente o autor, Deputado Augustinho Zucchi.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Vamos ao bom debate. Acho que este tema merece a atenção de todo o Paraná, merece a atenção dos nossos Parlamentares. O primeiro ponto que quero esclarecer é sobre o argumento de que isso iria beneficiar as casas do Litoral, o que não existe. E por quê?

Prevê o artigo 3º do projeto que nos casos comprovados de consumo sazonal, a empresa fica autorizada a estabelecer tarifa própria e até mais, sendo que poderá autorizar a adoção de tarifa sazonal com valor superior ao das tarifas convencionais, inclusive. Então, o argumento número um, de que iria beneficiar as casas do Litoral, não existe por conta de que esse artigo corrige dentro do projeto.

Deputado Péricles, V. Exa. fez parte da direção da COPEL. Sessenta por cento das famílias que utilizam a tarifa mínima não consomem 10 m<sup>3</sup> de água. Vá a um bairro de Curitiba, da sua querida Ponta Grossa, e verifique lá quem usa a tarifa mínima. É a população de baixa renda que está pagando 10 m<sup>3</sup> sem consumir. O Código de Defesa do Consumidor é claro ao estabelecer que ninguém deve pagar por aquilo que não compra e todo mundo deve pagar por aquilo que consome. Não é justo consumir 8 m<sup>3</sup> e pagar 10, não é justo, nos 10 m<sup>3</sup>, pagar automaticamente 80% em taxa de esgoto. Isso é algo que está colocado dentro da tarifa mínima.

Agora, Deputado Romanelli, tem razão V. Exa., porque a SANEPAR faz, sim, o Programa da Tarifa Social. O nosso projeto não fere as famílias que se beneficiam da tarifa social, pelo contrário, porque te gente que gasta água à vontade, porque pensa: se eu gastar 10 m<sup>3</sup> ou não gastar eu tenho que pagar, então lavo a calçada com água e faço o que tiver que fazer com a água. Isso porque os 10 m<sup>3</sup> foram estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, dizendo que uma família média utilizaria cerca de 10 m<sup>3</sup> para as suas necessidades mínimas, mas a realidade fática, com dados fornecidos pela SANEPAR, dão conta de que não é isso. Hoje, das famílias que pagam a tarifa mínima, temos 60% que não utilizam os 10 m<sup>3</sup>. E tem a questão do subsídio cruzado. Quer dizer, então, que essas famílias têm que dar conta da equalização das finanças da empresa? Não sei se têm que dar ou não, mas eles não podem pagar por aquilo que não devem.

Vamos fazer, de repente, um outro encontro de contas, mas não esse com a justificativa de que as famílias de baixa renda não são as que utilizam a tarifa mínima. Não é verdade! Ah, é aquela pessoa que tem um escritório. Ora, diga-me um escritório, em uma Cidade de 10 mil habitantes, que aquela família do proprietário do escritório gasta menos do que 10 m<sup>3</sup>. Eles gastam mais, porque têm carro para lavar, tem isso para fazer, tem aquilo e certamente o gasto dele com água no chuveiro é muito maior. Agora, as famílias mais carentes, essas não.

Fui pessoalmente fazer uma pesquisa lá na terra da Deputada Beti Pavin, ali em Colombo, no Alto Maracanã, eu entrava de casa em casa e perguntava: quantos metros cúbicos de água você gasta? Deixe-me ver seu comprovante. E lá estavam seis, cinco, 8 m<sup>3</sup>. Então, todas as famílias praticamente com menos de 10 m<sup>3</sup>.

É uma boa discussão, é um bom debate. Eu reconheço que a SANEPAR faz muito tempo que não reajusta a tarifa. Eu fui com o Governador Requião, embora não tivesse apoiado, no dia em que ele foi tomar posse da SANEPAR, eu fui com ele, eu estava lá no pátio da SANEPAR. Porque acho importante, água é inegociável, água é um bem e um patrimônio de todos, portanto o Estado deve preservá-la, não se pode negociar. Mas eu acho que nessa questão da tarifa mínima vale a pena esta Casa transformar a tarifa mínima em tarifa justa, simplesmente dizendo o seguinte: paga-se o que consome, quem

consome oito paga oito, quem consome 10 paga 10, que consome mais paga mais. Acho que dessa forma teríamos a condição de fazer justiça com relação a essa questão.

O projeto ficou mais de um ano, foi discutido, o Deputado Marcelo Rangel fez uma audiência Pública em Ponta Grossa; está aqui o Presidente da Câmara de Chopinzinho, Rogério Mazeto e o Paulo, Vereador lá, que fizeram uma Audiência também. Em todos os lugares é consensual, as famílias de baixa renda estão pagando 10 m<sup>3</sup> e não consomem. Acho que vale a pena discutir esse assunto e a Assembleia tomar uma posição.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Marcelo Rangel, depois o Deputado Plauto e o Deputado Douglas Fabrício. Também o Deputado Pedro Ivo.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou fazer um encaminhamento bem sucinto. Mas encaminho favoravelmente à proposta do Deputado Augustinho Zucchi. Aliás, gostaria de dar os parabéns pela sua iniciativa, Deputado. Realmente uma valorosa iniciativa, acredito que vamos avançar muito com a aprovação desse projeto.

Realmente eu fiz uma Audiência Pública na Cidade de Ponta Grossa, e nessa Audiência Pública discutimos a questão ambiental: porque se cobrar 10m<sup>3</sup>? Sendo que a pessoa, às vezes, não precisa utilizar todo esse montante? Na verdade você está indo contra os preceitos atuais com relação a preservação ambiental. Mas principalmente isso é contra a lei, o Código de Defesa do Consumidor é extremamente claro, o CDC afirma que o consumidor deve pagar somente pelo que consumir. Sr. Parlamentares, se o consumidor gasta 5m<sup>3</sup>, porque tem que pagar 10 m<sup>3</sup>? Se consome 6 m<sup>3</sup> por que tem que pagar mais?

Portanto, acho que o projeto do Augustinho Zucchi tem a minha assinatura, tem o meu apoio, e acredito que nós vamos acabar votando uma lei muito importante para o Estado do Paraná, porque se transforma realmente numa tarifa justa, você paga o quanto consome. Cinquenta por cento da população paranaense acaba consumindo mais do que 10 m<sup>3</sup>, mas metade da população paga a tarifa mínima, mesmo sem consumi-la.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, encaminho favoravelmente. Gostaria muito que os Deputados do PPS também votassem a favor dessa lei que é de grande alcance social.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO (PT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de fazer um encaminhamento não com a intenção de convencer ninguém, mas justificar o meu próprio voto. Quando se fala que os pobres são os mais prejudicados nesse projeto, porque pagam tarifa mínima e não consomem, o consumo de água não está ligado à posição social das pessoas, está ligado, sim, ao grau de instrução das pessoas. Então, não é verídico que os mais pobres que estão pagando a taxa mínima e não consomem; está muito ligado ao grau de instrução das pessoas. Esses estudos foram feitos quando fui Prefeito em União da Vitória, aliás, foi uma outra discussão que tivemos aqui sobre a cobrança do lixo na conta da água.

O primeiro Município do Brasil a fazer esse trabalho foi União da Vitória, quando eu era Prefeito. Foi pioneiro no Brasil todo.

É uma questão de justiça, de gestão, de não jogar fora o recurso público, tenho em vista que a média de inadimplência do IPTU no Brasil todo gira em torno de 50%. Os que pagam, pagam a conta sozinhos; aqueles que não pagam, não pagavam a coleta do lixo. Então, foi o primeiro Município do Brasil a implementar esse programa de cobrar a conta do lixo na conta da SANEPAR. Tem tudo a ver. É saneamento. A empresa SANEPAR é de água e saneamento e o lixo também é questão de saneamento. Então, foi uma jogada excelente e o centro do custo do lixo passou a ser autossuficiente.

Quero justificar que essa cobrança mínima é importante que se tenha para socializar os custos mínimos. Quando você passa com uma rede na frente da casa do cidadão, você está deixando o serviço à disposição, ele use ou não use. Muitas casas que são alugadas, enfim, pessoas que às vezes ficam um mês sem usar a água, mas no outro mês está usando de volta, e o serviço está ali à disposição. Se fosse para analisar qual é a classe social que mais paga por pagar a taxa mínima, talvez seja a classe média. Os pobres, muitas vezes - que está ligado à questão do grau de instrução das pessoas - acabam gastando mais do que as pessoas que têm um grau de instrução mais elevado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lendo o projeto do Deputado Augustinho Zucchi, vejo um projeto de suma importância. Já está no nome dele: a tarifa justa. Justa é aquela que é justa para os dois lados: para quem consome e para quem presta o serviço. Uma coisa quero dizer: tenho sido cobrado pela população de Ponta Grossa, dos Municípios em que andamos, sempre questionando essa tarifa mínima. Quero dizer que vou votar no sentido de aprovar esse projeto do Deputado Augustinho Zucchi, para que possa acabar com as taxas de consumo mínimo, porque, de acordo com o que penso e com o que ouvi e



conversei com muitas pessoas, não é justo se cobrar uma taxa mínima.

Por isso, voto no projeto dele que é um projeto justo, Sr. Presidente.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, o Projeto nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, é um projeto interessante. Não pude estar aqui na Sessão da primeira discussão, mas acho que vale a pena destacar um aspecto motivo pelo qual estarei votando contrariamente ao projeto, que é a sua inconstitucionalidade.

Muito embora, a discussão sobre esse tema esteja inserida na questão da primeira discussão, é importante lembrar o artigo 87 da Constituição do Estado, que diz o seguinte: “compete privativamente ao Governador (inciso 4º) dispor a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. Evidentemente, que sabemos que a prestação de serviço na questão da água e esgoto é uma concessão, mas que está direcionada hoje à SANEPAR, uma autarquia que pertence de forma muito clara e objetiva à Administração Indireta do Poder Público Estadual. Em fazendo parte da Administração Indireta, ela está inserida dentre os demais órgãos da Administração Pública Estadual. Sendo assim, este projeto é torna inconstitucional.

É evidente que foi discutida na nossa Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovada pela nossa comissão. No entanto, não quero deixar de citar essa advertência, esse artigo, artigo 87 da nossa Constituição, que diz que é de competência exclusiva do Governo do Estado qualquer alteração nesse sentido. Mesmo que, muito embora, muito bem colocado pelo Deputado Augustinho Zucchi na sua argumentação, existe uma questão extremamente meritória por aqueles que não gastam aquilo que eventualmente é cobrado. Não podemos legislar nesse sentido, senão estaremos incorrendo em falhas e em consequências eventualmente essa lei pode ser vetada pelo Governador ou eventualmente até questionada judicialmente. Não há o que se questionar, no que diz respeito ao artigo 87 da Constituição Estadual.

Sendo assim, Sr. Presidente, nem discutindo muito do ponto pessoal, a questão meritória desse projeto de lei, quero destacar a sua inconstitucionalidade. Por não poder ter participado da primeira discussão, me entendo na obrigação de destacar essa análise pessoal feita pela também, evidentemente, com o auxílio da nossa assessoria jurídica de gabinete, que me faz manifestar aqui esse aspecto que deve ser levado em consideração pelos Deputados, a fim de que esta Assembleia não venha incorrer em uma falha, afinal de contas não é esse o desejo de todos os Parlamentares.

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, esse projeto que está sendo debatido em segunda discussão, analisando os pareceres da comissão, consta na Ordem do Dia os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, parecer da Comissão da Indústria e Comércio, e o parecer também da Defesa do Consumidor. No entanto, entendo claramente que é um projeto que, necessariamente, deveria e deve passar pelo crivo da Comissão de Finanças, a qual presido, e que realmente não consta nenhum parecer. Então, solicito a V. Exa. que esse projeto, já que votamos em primeira discussão e esse projeto não passou pela Comissão de Finanças, possa, estou apresentando requerimento à Mesa Executiva, neste momento solicitando a retirada da pauta da Ordem do Dia vale receber aí o parecer da Comissão de Finanças.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou votar favorável a este projeto, Deputado Zucchi, pela seguinte postura: todo projeto que entendo que é bom para a população, independente de quem apresente aqui, se é da base do Governo, se é da base da Oposição, se é projeto do Governo, quem quer que seja o Deputado que apresente, mas é um projeto, que no meu entender, é bom para a população, eu voto favorável. E este é um dos projetos que entendo que é bom para a população. Muitas pessoas, eu não fiz Audiência Pública como outros Deputados fizeram, mas visitei bairros humildes na Região de Campo Mourão, pessoas mais humildes, e o que elas alegaram algumas pessoas que me pediram para que eu apresentasse um projeto dessa natureza aqui, daí levantando informações, o Deputado Zucchi tinha apresentado?

Elas querem pagar o que é justo, se consumiu, paga, se não consumiu, não paga. Hoje tem pessoas que me disseram o seguinte: “Olha, temos que dar um jeito às vezes de gastar a água para poder chegar no consumo, porque consumimos menos do que pagamos”. E isso não é correto, está no Código do Consumidor explicando isso. Esse projeto não é um projeto de Governo nem de Oposição, nem de Situação, é um projeto que, no meu entender, beneficia a população para pagar o que consome, como assim poderia ser da energia elétrica, do telefone, porque não é correto, na minha forma de entender, alguém pagar pelo que não consumiu. Qual é a tarifa mínima hoje? Dez metros cúbicos. Por que pagar 10m3 de água se a pessoa consome 5m3 de água ou seis? Então teria que pagar cinco ou seis. Ah, mas aí vem aquela conversa: “Mas tem a tarifa social, que é importante.” É claro que é importante. Sendo importante, tenho certeza de que o Governo vai manter a tarifa social. Porque no orçamento são mais de 21 bilhões, que aprovamos aqui. Se for projeto de Governo tem como tirar o dinheiro, para colocar como tarifa social e ampliar para as famílias mais

pobres, que mais precisam e não têm condições de pagar a água.

Outro argumento é de quem tem casa no Litoral vai ser beneficiado. Está aqui no projeto um parágrafo que deixa bem claro, que lá pode cobrar mais caro, para aqueles que vão utilizar a água somente na época de férias. Ou aqueles que têm condições de pagar, quem tem casa ou apartamento na praia. Enfim, dito pelo Governo que quem é rico pode pagar mais, então, que pague mais. Não é justo o pobre, uma pessoa mais humilde, pagar mais do que gasta. Às vezes têm famílias que não estão na tarifa social, mas gastam menos do que os 10m3 e daí acabam pagando mais do que consomem.

Então, o meu voto será favorável ao projeto do Deputado Augustinho Zucchi, em favor daquilo que entendo que é bom para a população.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência vai esclarecer a V. Exas., que em um primeiro momento este projeto está, aqui, na Casa, desde 2007. Foi protocolado em 27/03/07. Passou por todas as comissões, inclusive, pela CCJ. Já que me foi arguido, me compete dizer que o parecer do Relator, Deputado Mauro Moraes, é horroroso, totalmente inconstitucional e não poderia ter sido votado nesta Casa.

O projeto passou e veio para cá. Passou pela Comissão de Indústria e Comércio e por todas as comissões. Depois de discussão vou remeter à Comissão de Finanças, para que ela dê o seu parecer.

**O SR. MAURO MORAES (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

O parecer a princípio era pela inconstitucionalidade. O autor com um recurso e a comissão por unanimidade acatou a constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O parecer de V. Exa. diz o tempo todo que ele é inconstitucional, porque é realmente inconstitucional. V. Exa. diz que ele é constitucional. Não pode.

**O SR. MAURO MORAES (PMDB)**

Gostaria que o senhor se referisse à comissão toda que aprovou.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concordo com V. Exa. que o parecer de toda a Comissão de Constituição e Justiça foi horroroso. Porque não pode dizer que é inconstitucional o tempo inteiro e depois dar o parecer favorável. Como é que ficam os Deputados? O Deputado Artagão levantou com muita propriedade. Isso é sopa no mel para o Requião.

O Governador vai vetar na mesma hora.

**O SR. MAURO MORAES (PMDB)**

Se o senhor constatar aí, deve ter a assinatura do Deputado Artagão aprovando a constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vou remeter o projeto à Comissão de Finanças, para que isso seja remendado. Porque senão vamos votar alguma coisa, aqui, que não vai valer.

Por isso, Deputado Elton Welter, a COPELEGIS tem que estar funcionando o mais rápido possível, para que evitemos dissabores como este. Perdoem-me mais é uma realidade.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 972, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando sua retirada para parecer da Comissão de Finanças. **Aprovado.**

**Remete-se o projeto de Comissão de Finanças.**

## **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 600/07, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de serviços distritais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 04 (quatro), nos seguintes termos:

### **EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 687/07**

Art. 1º Modifica a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 687/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Duílio Genari, Professor Lemos, Reni Pereira e Jocelito Canto.

### **EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 02**

Art. 1º Fica suprimido o inciso VI do artigo 1º do Projeto de Lei nº 687/07.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Professor Lemos, Reni Pereira, Duílio Genari e Jocelito Canto.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 03**

Art. 1º Inclua-se onde couber artigo no Projeto de Lei nº 687/07, com a seguinte redação:

“Art. (...) Fica alterado o parágrafo único, do artigo 21, da Lei nº 16023, de 19 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. (...)

Parágrafo Único. A extinção proposta no caput deste artigo, não alcançará os cargos, as respectivas eskrivanias, os ofícios e as titularidades previstos no artigo 119 e incisos e artigo 123, incisos II a XVI, da Lei Estadual nº 14277 de 2003, quer estejam vagos e cujos concursos para ingresso tenham sido abertos em data anterior à publicação desta lei.”

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Duflío Genari, Professor Lemos, Reni Pereira e Jocelito Canto.

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei nº 687/07:

“Art. ... Fica alterada a inicial do cargo de Eletrotécnico constante da tabela Grupo Intermediário do Anexo II da Lei nº 15951, de 24/09/08, passando de C1 para B1.”

Sala das Sessões, em 16/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Duflío Genari, Dr. Batista, Luiz Nishimori e Luiz Fernandes Litro.

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente emenda aditiva, com o objetivo de atender solicitação do Desembargador Ruy Fernando de Oliveira, Presidente, em exercício, do Tribunal de Justiça, encaminhada através do Ofício nº 060/09, em anexo.

ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete da Secretaria  
OFÍCIO Nº 060/09 - GP/GS

Curitiba, em 16/02/09.

A Sua Exa. o Sr.

Deputado Estadual Nelson Justus

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Praça Nossa Senhora da Salette - s/n

Nesta Capital

Senhor Presidente:

É este no sentido de solicitar à V. Exa. a republicação da Lei Estadual nº 15951, de 24/09/08, em razão de erro material constante no respectivo Anexo III, pois, no

cargo de Eletrotécnico constou nível inicial C1, quando o correto é B1, conforme proposta em anexo.

Atenciosamente

(a) RUY FERNANDO DE OLIVEIRA

Presidente em exercício

<b>ANEXO III</b> (Altera o Anexo II da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores)		
<b>ANEXO II</b> <b>DESLOCAMENTO NA CARREIRA</b>		
<b>GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR</b>		
<b>Cargos</b>	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>
Assessor Jurídico	E9	F9
Administrador	D9	E9
Analista de Sistema	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Estatístico	D9	E9
Jornalista	D9	E9
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9

<b>GRUPO INTERMEDIÁRIO</b>		
<b>Cargos</b>	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8
Desenhista	C1	D8
Eletrotécnico	B1	D8
Mecânico	B1	D8
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico em Computação	C1	D8
Técnico Judiciário	D9	D8

**O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a proibição da prestação de serviços de vigilância de cães de guarda com fins lucrativos em todo o Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, Deputado Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, membros da Mesa. Vou pegar um gancho, porque falaram meus antecessores e vou abordar algo importante, que é esse projeto que trata a respeito da proibição de empresas que alugam cães, para o serviço de segurança.

Primeiro, quero agradecer a presença da Soraia Simon que é Presidente da Sociedade Protetora dos Animais, da Sra. Edir Aranha, da Sra. Taska Zamboni que é Presidente do Conselho Municipal de Proteção aos Animais e, a todos que acompanham esse assunto.

Acho que todos nós, seres humanos, queremos que os animais sejam bem tratados, sejam cuidados, principalmente os domésticos e a fauna silvestre. Eu posso dizer que além de ter um buldogue, tenho pássaros da Indonésia, mansos, que os meus filhos brincam. Dentre desse espírito, normalmente encontramos os animais muito maltratados nesse tipo de atividade.

Trouxe para embasar esse projeto de lei, que foi bem discutido e com sólido embasamento jurídico, pareceres como do Promotor de Justiça Sergio do Meio Ambiente do Paraná, aonde ele aborda num dos momentos, que a Constituição prevê o bom trato dos animais. Mas, ele diz que os cães utilizados nessas atividades, são encontrados na sua maioria, desnutridos, desidratados, sem condições de higiene, em locais abandonados, sem proteção para a chuva, enfim, sem o mínimo do trato em termos alimentar e cuidados veterinários.

Da mesma forma, embasei esse projeto de lei com a opinião e parecer do Dr. Leonardo Zagonel Serafini que é o Presidente do Conselho Regional de Veterinária. Ele é bacharel em Direito, Biologia e Veterinária. Ele diz que a Constituição de 1988, ao vedar a submissão dos animais à crueldade, erigiu uma cláusula pétrea na nossa Constituição que é o conteúdo moral. Embora a legislação de empresas seja submetida a leis de constitucionalidade civil, o legislador colocou na cláusula pétrea da Constituição Brasileira, que os animais não podem ter maltratos. E baseado na situação que temos hoje, e também que é muito mais barato colocar uma câmara e fazer a vigilância eletrônica, ou até um vigilante, gerando emprego, essa atividade estou propondo que seja banida do Estado do Paraná, assim como foi já foi em vários outros Estados e também na nossa Capital em Curitiba.

Então, sendo bem objetivo, peço o apoio de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados que aprovam o projeto, já que temos hoje 52 Deputados, vamos usar o painel - Deputados que aprovam o projeto votam com a expressão SIM - os Deputados que forem contrários ao projeto, votam com a expressão NÃO.

Encerrada a votação. Quarenta e três Srs. Deputados - **aprovado por unanimidade o projeto, artigo por artigo.**

Em votação Substitutivo da CCJ - em votação - Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (**Pela Ordem**)

Aproveitando a oportunidade em que discutimos uma matéria e aprovamos uma matéria tão importante, eu volto, mais uma vez, a apelar para a Mesa Executiva que traga ao Plenário, para discussão, a lei que está tramitando há muito tempo nesta Casa, e que já era objeto de tramitação na legislatura passada, que proíbe animais em circos no Estado do Paraná.

Então, na verdade, essa lei é de autoria do Deputado Nishimori, que está na Mesa e eu sou a Relatora dessa lei, e essa lei encontra-se na CCJ, retirada, há muito tempo.

Então, aproveitando a oportunidade que discutimos tão importante matéria, aproveitando que estamos com tantas pessoas comprometidas com essa situação, em Plenário, solicito à Mesa, mais uma vez.

Obrigada.

## **1ª Discussão**

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 458/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo implementar o Programa de Prevenção e Tratamento da Anorexia, Bulimia e Transtornos Alimentares do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado.**

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa Requerimento nº 847, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente à aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 947, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 961, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente.

**Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**Aprovado.**

Requerimento n° 963, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 943, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 971, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a Sessão quero apenas esclarecer para que não fique mal colocada a posição do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, do Deputado Mauro Moraes, em absoluto. O parecer realmente é totalmente esdrúxulo, Deputado, e é incompreensível.

Por essa razão que nós encaminhamos à Comissão de Finanças para que se encontre mecanismo de se aprovar ou não uma lei que esteja para ler, porque caso contrário ela será vetada. Porque o parecer diz o tempo inteiro que ela é inconstitucional e, finalmente, diz que é favorável.

Faço essa explicação, porque talvez o “horroso” tenha ficado de uma maneira um pouco grosseira, eu me penitencio se alguém entendeu dessa maneira. Não foi esse o objetivo. É que ao ler é uma aquiescência jurídica realmente.

Pela ordem, Deputado Augustinho Zucchi, depois o Deputado Mauro Moraes.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, em que pese V. Exa. tecer esse comentário, eu sinceramente vejo assim, passado pela CCJ e votado em 1ª discussão, não se discute mais a constitucionalidade.

Acho que V. Exa., vai encaminhar para a Comissão de Finanças, é para tudo, menos para discutir a constitucionalidade, senão criamos um precedente aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em absoluto, eu só encaminhei para a CCJ por ter esse ponto de vista, caso contrário não teria encaminhado.

Aliás, é bom que fique claro ao Deputado Strapason, a presidência tem a prerrogativa, se ela não quiser encaminhar à Comissão de Finanças, ela não encaminha, uma vez que ela já passou por todas comissões.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de retirasse dos Anais, pela elegância que sempre conduziu essa Sessão, o “parecer horroroso”. Eu achei muito deselegante.

(**Não houve manifestação do Presidente quanto ao termo**)

Segundo, o meu parecer foi efetivamente para o arquivamento, mas na mesma hora a comissão inteira decidiu, por unanimidade, que deveria ser feito um novo parecer. Foi feito, foi assinado por todos os membros. Se houve falha, foi uma falha de todos da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, respeito as decisões de V. Exa. embora divirja muitas vezes de V. Exa. Entendo que esse projeto de lei que está em 2ª discussão deveria ser votado.

Acho que foi feito aqui hoje uma manobra regimental para impedir a rejeição nesta Sessão deliberativa da Assembleia.

Estou registrando esse tema porque temos um quórum de votação de 52 Parlamentares. Havia uma ampla maioria pela rejeição, o retorno à Comissão de Finanças. Como nós sabemos, na verdade, foi atropelada toda boa norma de ponto de vista constitucional. Todo mundo desta Casa, até os profissionais que não são da área, sabem que o projeto é claro, profundamente inconstitucional. Passou pela CCJ voto contrário, embora àquela época não havia um dispositivo de puro acordo com o Presidente Durval Amaral. Nós colocamos que quem vota contrário, registra de forma destacada o voto contrário. Mas o fato é que todos os pareceres são contrários. O projeto é flagrantemente inconstitucional.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: retirar depois do processo de votação o projeto, Sr. Presidente, lembra-se da semana passada, nós discutimos isso no caso da PEC,

V. Exa. desculpe, quero registrar isso, V. Exa. decidiu retirar quando o projeto já estava em regime de votação. Temos que reconhecer que esse precedente, na minha avaliação, é extremamente perigoso para o processo legislativo.

Agora, por outro lado entendo o seguinte: quando há um acordo, há um consenso, tudo é possível, desde que se respeite, claro, a forma, mas pelos acordos políticos. Da minha parte não tenho a obstar assim. Estou só registrando isso, deixando caracterizada a minha preocupação em relação a que se possa, quando o autor vê que vai perder o processo, retirar do processo de votação. Essa é a minha preocupação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em defesa do Deputado Strapasson, vou dizer que não houve essa intenção dele, mesmo sem ter conversado com ele. Tenho procurado respeitar para que os projetos que tenham ligação com finanças passem pela sua comissão. Mas é uma prerrogativa do Presidente. Se eu não achar que posso tocar o processo sem passar pelas Finanças, podemos votar, é perfeitamente regimental. Mas não foi esse o objetivo, nenhum precedente e nenhuma comparação com a PEC, essa que não tem nada a ver.

Requerimento nº 955, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli não pode vir à tribuna e se manifestar criando factóides, como se alguém de interesse do projeto, imaginando que ia perder, pedisse ao Deputado que preside a Comissão de Finanças que retirasse de pauta para encaminhar para a comissão.

Fiz isso a pedido de vários Deputados do PMDB, Deputados da Bancada do Governo, que entendem, como V. Exa. entende também, que devemos cumprir o Regimento. Em segundo lugar, o projeto não estava em regime de votação, estava em discussão. Portanto, a decisão de V. Exa. é correta no sentido de que possa passar pelo crivo da comissão, porque creio que a intenção desta Casa é fazer um debate amplo e irrestrito, não apenas tentar derrubar o projeto conforme interesse de quem quer que seja.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Quero dizer que só questioneei aqui V. Exa., não questioneei absolutamente o Presidente da Comissão de Finanças.

**O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, no momento em que o senhor anunciou o meu requerimento, o som falhou e passei batido. Gostaria de justificar o requerimento que apresentei a fazer a leitura.

**(Lê):**

“Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, cumprimentando-o pela feliz iniciativa de destinar ônibus escolares aos Municípios paranaenses.

Se vê manifestado no povo, autoridades, Prefeitos e Prefeitas, Vereadores, Diretores, professores, comunidade escolar, pais de alunos e membros de Associações de Pais e Mestres, que aplaudem e dão a conhecer a alegria pela conduta e trabalho do Governo em favor da educação, com objetivo que é bem definido e tem claro um futuro melhor para os jovens do Paraná.

Outrossim, requer registro de votos de agradecimentos, em especial em nome das comunidades onde tem atuação política e representação Parlamentar pelo sexto mandato consecutivo, relacionando o número de ônibus escolares destinados aos seguintes Municípios: 2 (dois) para Anahy; 3 (três) para Alto Piquiri, 4 (quatro) para Assis Chateaubriand; 3 (três) para Braganey; 3 (três) para Brasilândia do Sul, 3 (três) para Cafelândia; 3 (três) para Cafezal do Sul; 3 (três) para Campo Bonito; 2 (dois) para Céu Azul; 3 (três) para Corbélia; 3 (três) para Diamante do Sul; 3 (três) para Diamante do Oeste; 2 (dois) para Entre Rios do Oeste; 3 (três) para Formosa do Oeste; 3 (três) para Guaíra; 3 (três) para Iguatu; 2 (dois) para Iracema do Oeste; 3 (três) para Jesuítas; 3 (três) para Mariluz, 2 (dois) para Maripá; 2 (dois) para Mercedes; 3 (três) para Missal; 3 (três) para Nova Aurora; 2 (dois) para Nova Santa Rosa; 3 (três) para Ouro Verde do Oeste; 3 (três) para Palotina; 2 (dois) para Pato Bragado; 5 (cinco) para Pinhão; 2 (dois) para Quatro Pontes; 4 (quatro) para Santa Helena; 3 (três) para Santa Tereza do Oeste; 2 (dois) para São José das Palmeiras; 3 (três) para São Pedro do Iguaçu; 3 (três) para Terra Roxa; 2 (dois) para Tupãssi; 3 (três) para Ubatã e 3 (três) para Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 16/03/09.

**(a) DUÍLIO GENARI”**

Por isso, fiz questão de ler o requerimento, em homenagem ao Governador pelo que está fazendo, com referência a estes ônibus, não só nestes Municípios, mas sem em todo o Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado, o requerimento já foi aprovado.

Requerimentos nºs 938, 939 e 940, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 945, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 948 a 954, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 959, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 962, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 964 a 969, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 049/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 458/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 092/06 e 105/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

#### ***Indicações Legislativas***

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 944

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

#### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, a recuperação do Km 219 da PR-323.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado, ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário dos Transportes, e ao Diretor Geral do DETRAN, Sr. David Antonio Pancotti a recuperação do acostamento (200 metros) localizados no Km 219 da PR-323 em frente ao posto de combustíveis São Jorge, entre os municípios de Cianorte e Jussara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Superintendente da Regional Noroeste do DER, Sr. Otávio José da Silveira Rocha.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em 11/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### **JUSTIFICATIVA:**

Esta medida é de fundamental importância para quem trafega neste trecho, haja vista os inúmeros acidentes fatais que vem ocorrendo nesta rodovia.

A recuperação do acostamento, irá proporcionar mais segurança, haja vista o volume intenso de veículos que trafegam neste trecho, e que utilizam deste trecho do acostamento.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 945

Autoria: Deputado Eduardo Cheida

#### **SÚMULA:**

Propõe a alteração da Lei n° 13666/02, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná, para que seja criado o cargo de Engenheiro Ambiental, fazendo-se as alterações necessárias nos anexos do citado diploma legal.

Art. 1º Propõe a alteração da Lei n° 13666/02, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná, para que seja criado o cargo de Engenheiro Ambiental, fazendo-se as alterações necessárias nos anexos do citado diploma legal.

Art. 2º Propõe, ainda, que o Poder Executivo preveja a contratação desses novos servidores públicos em número crescente para que atendam as necessidades das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA e da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, sugerindo-se o prazo de até três anos para a contratação de todo o efetivo necessário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA N° 946

Autoria: Deputado Dr. Batista

#### **SÚMULA:**

Sugere a instalação de 10 (dez) UTIs na Santa Casa, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de 10 (dez) Unidades de Terapia Intensiva - UTI na Santa Casa, no município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica, a ampliação da Unidade de Terapia Intensiva - UTI da Santa Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 947

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

## SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Jundiá do Sul.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Jundiá do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 948

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

## SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Moreira Sales.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Moreira Sales.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o



da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 949

Autoria: Deputado Teruo Kato

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação a doação de ônibus escolar para o município de Querência do Norte.

O Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolar para o município de Querência do Norte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equiparar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Querência do Norte atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudos a todas essas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Querência do Norte por meio da doação de ônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 950

Autoria: Deputado Teruo Kato

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação a doação de ônibus escolar para o município de Santa Cruz do Monte Castelo.

O Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolar para o município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equiparar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Santa Cruz do Monte Castelo atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudos a todas essas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Santa Cruz do Monte Castelo por meio da doação de ônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 951

Autoria: Deputado Teruo Kato

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação a doação de ônibus escolar para o município de Santa Isabel do Ivaí.

O Sr. Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolar para o município de Santa Isabel do Ivaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equiparar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Santa Isabel do Ivaí atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o

estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudos a todas essas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Santa Isabel do Ivaí por meio da doação de ônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 952

Autoria: Deputado Teruo Kato

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação a doação de ônibus escolar para o município de Santa Mônica.

O Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de 02 (dois) ônibus escolar para o município de Santa Mônica.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equiparar a rede pública municipal de um ônibus escolar. Com efeito, as escolas de Santa Mônica atendem crianças e adultos não só desse município, mas de áreas da região de seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias até a escola - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado e o município poderão oferecer melhor qualidade de vida e de estudos a todas essas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, que auxilie o município de Santa Mônica por meio da doação de ônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação, que vem em apoio de nossos requerimentos de dotação específica para essa finalidade no orçamento do ano 2008, conforme emendas apresentadas em 2007.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 953

Autoria: Deputado Dr. Batista

##### SÚMULA:

Sugere a construção de 2 (duas) passarelas no município de Paiçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 2 (duas) passarelas no município de Paiçandu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paiçandu, que há muito reivindica, a construção das passarelas na PR-323, trecho que compreende o perímetro urbano de Paiçandu.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 954

Autoria: Deputada Luciana Rafagnin

##### SÚMULA:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem através da presente indicação legislativa, sugerir ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes o asfaltamento da Rodovia PR-151, no trecho especificado a seguir.

A Deputada Estadual Luciana Rafagnin, vem através desta indicação legislativa, sugerir ao Governo do Estado do Paraná, o asfaltamento da PR-151 entre os municípios de Santana do Itararé, Salto do Itararé, Carlópolis e Siqueira Campos na região norte do Paraná.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Todos sabem que este Governo tem se empenhado muito para desenvolver as regiões mais deprimidas do nosso Paraná e com certeza esse empenho já trouxe resultados para a vida de muita gente.

São vários os fatores que podem impulsionar o desenvolvimento regional. Um deles é o turismo. Por conhecermos a visão estratégica deste Governo e a importância deste asfaltamento àquela microrregião, vimos ao Governador solicitar especial atenção à nossa solicitação.

O asfalto neste trecho da Rodovia PR-151 visa integrar os municípios de Santana do Itararé, Salto do Itararé, Carlópolis e Siqueira Campos que a partir da construção da Usina Xavantes sofreram alterações significativas e vêm no turismo e no lazer dos lagos e praias o meio de integração e desenvolvimento regional, mas para isso é preciso asfalto no referido trecho.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 956

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião, a implantação de um poço artesiano na APAE localizada no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscrive, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER,

após ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado, a implantação de um poço artesiano na APAE localizada no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

Como a APAE de Cianorte promove o plantio de hortaliças, a implantação de um poço artesiano iria contribuir substancialmente para o desenvolvimento e continuação desta cultura, haja vista o alto custo do sistema de abastecimento de água do município de Cianorte.

Além disso, o alto teor de cloro e outras substâncias presentes na água fornecida pelo município faz com que a mesma seja imprópria para o cultivo de hortaliças.

Dessa forma, conto com o apoio de meus pares para que o presente projeto seja aprovado.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 957

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rancho Alegre.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Rancho Alegre.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 958

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Salto do Itararé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Salto do Itararé.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 12/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de

qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 960

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de São Tomé.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de São Tomé.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 961

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Terra Boa.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Terra Boa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualifica-

ção profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 962

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Tuneiras do Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e

da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 963

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Indianópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Indianópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição

como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 964

Autoria: Deputado Teruo Kato

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária de Educação a doação de microônibus escolar para o Colégio Agrícola de Diamante do Norte.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria da Educação que determinem a doação, por parte do estado do Paraná, de um microônibus para o Colégio Agrícola de Diamante do Norte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e a urgência de se equipar o Colégio Agrícola de Diamante do Norte com um microônibus. Situações extremas, em que crianças e adultos da zona rural têm de andar longas distâncias para poder chegar nesse colégio - fato comum na região - poderão ser remediadas e, assim, o estado do Paraná poderá oferecer melhor qualidade de vida e de estudo a todas pessoas.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, de modo que o Colégio Agrícola do município de Diamante do Norte possa receber um microônibus escolar. Certos também de poder contar com a compreensão e apoio da Secretaria de Educação, apresentamos a presente indicação.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 965

Autoria: Deputado Edson Strapasson

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Bocaiúva do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 03 (três) ônibus escolares e 01 (um) microônibus para o município de Bocaiúva do Sul. Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### 2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Bocaiúva do Sul ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 966

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Doutor Camargo.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a

doação de dois ônibus escolares ao município de Doutor Camargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 967

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

# INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 968

Autoria: Deputado Teruo Kato

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a implantação de cursos profissionalizantes em escolas estaduais, nos termos que especifica, no município de Paranavaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a implantação de cursos profissionalizantes voltados para formação de mão-de-obra nas áreas da agricultura e piscicultura nos colégios estaduais de Paranavaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Paranavaí, cidade-pólo da região noroeste, atrai, cada vez mais, moradores carentes que habitam nas áreas de seu entorno. Assim, dia-a-dia aumentam o número de crianças e adultos que buscam, nas escolas de Paranavaí, um caminho para aumentarem as oportunidades profissionais. Em função dessa realidade, desnecessário aquilatar aqui a importância de se oferecerem cursos profissionalizantes voltados para a formação de mão-de-obra para a agropecuária e a piscicultura, atividades que forma a maior parte da economia local.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná e o apoio da Secretaria da Educação, a fim de que acolhido o justo pleito que apresentamos por meio da presente indicação, possa, afinal ser atendida essa necessidade urgente de implantação de cursos profissionalizantes nos colégios estaduais e municipais de Paranavaí.

# INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 969

Autoria: Deputado Edson Strapasson

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 06 (seis) ônibus escolares no município de Colombo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## 2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Colombo ter uma grande área rural e uma demanda crescente de alunos que precisam utilizar o

transporte escolar. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa atender os alunos da rede pública municipal e estadual com segurança e qualidade.

# INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 970

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

## SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Araruna.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Araruna.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concor-



rente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 971

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária de Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Andirá.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Andirá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da república a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, Constituição Federal/1988), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre sete e 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao

número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da educação concorrente para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 972

Autoria: Deputado Edson Strapasson

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 06 (seis) ônibus escolares para o município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### 2 - JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Almirante Tamandaré ter uma extensa área rural e uma grande demanda de alunos que precisam utilizar o transporte escolar.

Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa dar um atendimento seguro e com qualidade aos alunos da rede pública municipal e estadual.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 973

Autoria: Deputado Edson Strapasson

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 05 (cinco) ônibus escolares para o município de Rio Branco do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Rio Branco do Sul ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 974**

Autoria: Deputado Edson Alysson Wandscheer

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná a destinação ao município de Fazenda Rio Grande de um veículo ABTR - Auto Bomba Tanque Resgate e uma ambulância do SIATE.

Sr. Governador, Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná que destinem um veículo ABRT - Auto Bomba Tanque Resgate e uma ambulância do SIATE para o Destacamento do Corpo de Bombeiros do município de Fazenda Rio Grande, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Fazenda Rio Grande possui hoje uma população de 100 mil habitantes e em razão do aumento de ocorrências bem como a necessidade de renovação da frota atual, condição essencial para que se obtenha a qualidade dos serviços executados pela Corporação, cumpre, pois os requisitos para que se possa pleitear com a contemplação destes veículos.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e do Comando Geral do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, apresenta-se a presente indicação que, com certeza, resultará na melhoria do atendimento de toda região.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 975**

Autoria: Deputado Luiz Accorsi

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde uma unidade do SIATE para o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí.

Ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja aprovada a presente Indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde uma unidade do SIATE - Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências para o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O aumento do número de veículos, motorizados ou não, como automóveis, motocicletas e bicicletas, e também das ocorrências de acidentes registrados na cidade de Paranavaí e região clama pelo apoio dos serviços do SIATE.

Paranavaí é cidade pólo da microrregião da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná. O seu crescimento populacional vêm se verificando nos últimos censos. Conseqüentemente, asseveram-se os números de ocorrências fatais ou não, acidentais ou provocadas registradas pelos órgãos de segurança e pelos estabelecimentos hospitalares.

Sede de uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, com um quadro referencial de socorristas, aplicados e abnegados, a cidade de Paranavaí possui o Hospital Regional que atende toda a região da AMUNPAR e para tanto necessita com urgência de uma ambulância do SIATE para o atendimento às funções específicas de socorro às vítimas de acidentes em suas rodovias, em residências ou estabelecimentos comerciais e industriais, oferecendo a atenção médica nos casos de atropelamento, colisão, quedas ou ferimentos resultantes de agressão, de arma de fogo, de arma branca e mais os acidentes que resultam em queimaduras, soterramento e mesmo problemas clínicos com risco de vida.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 976**

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

**SÚMULA:**

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Rolândia um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rolândia de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Rolândia pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 977

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Rancho Alegre d'Oeste um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rancho Alegre d'Oeste de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Rancho Alegre d'Oeste pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 978

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Maringá dois (2) ônibus apropriados para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Maringá de dois (2) ônibus apropriados para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Maringá pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 979

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância, a ser destinada ao distrito de Jaracatiá, no município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Saúde, a doação de uma ambulância, a ser destinada ao distrito de Jaracatiá, no município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Sebastião José dos Santos, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

##### JUSTIFICATIVA:

O município de Goioerê passa por uma série de problemas relacionados à saúde, dentre eles, a falta de ambulâncias. Desta forma, conto com o apoio de meus nobres Pares para a aprovação da presente visando a doação de uma ambulância pelo Governo do Estado ao município de Goioerê, para possibilitar um atendimento em tempo hábil aos enfermos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 980

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Marialva um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Marialva de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Marialva pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 981

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Iguaçu um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Iguaçu de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Iguaçu pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 982

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Lobato um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Lobato de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Lobato pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 983

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Mandaguaçu um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Mandaguaçu de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Mandaguaçu pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 984

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Floresta um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floresta de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Floresta pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 985

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Uniflor um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Uniflor de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Uniflor pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 986

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santo Inácio um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santo Inácio de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Santo Inácio pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 987

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Jardim Alegre um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Jardim Alegre de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Jardim Alegre pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 988

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Borrazópolis um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Borrazópolis de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Borrazópolis pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 989

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Munhoz de Mello um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Munhoz de Mello de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Munhoz de Mello pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 990

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Colorado um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Colorado de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Colorado pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 991

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Inajá um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Inajá de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Inajá pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/11/08.  
(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 992

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Doutor Camargo um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Doutor Camargo de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Doutor Camargo pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 993

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Florai um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Florai de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Florai pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 994

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Terra Boa um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Terra Boa de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Terra Boa pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua

frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 995

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivaiporã um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivaiporã de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ivaiporã pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 996

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivatuba um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivatuba de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ivatuba pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

# INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 997

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

## SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ourizona um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ourizona de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ourizona pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

## Ata de Comissão

### Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Reni Pereira, Chico Noroeste, Fernando Scanavaca, Luiz Fernandes

Litro e Rosane Ferreira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 471/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 479/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. O Sr. Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 538/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, na forma das emendas anexas - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 083/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 039/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei nº 14277/03. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 422/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação o Projeto de Lei nº 039/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 039/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - REJEITADO. Os Srs. Deputado Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Carlos Simões, Francisco Bühner, Edson Strapasson e Duílio Genari votaram CONTRÁRIO ao requerimento. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Reni Pereira e Luiz Carlos Martins votaram FAVORAVELMENTE ao requerimento; 07) Projeto de Lei nº 039/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavre a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária